

O neomalthusianismo na propaganda libertária

ADVERTÊNCIA

A análise da propaganda neomalthusiana em Portugal foi o objectivo deste trabalho.

Situada numa zona de intercepção temática tão rica e diversificada onde se cruzam a educação, a sexualidade, a questão social, o militarismo, a influência religiosa, etc., esta justificação ideológica dum atitude perante a procriação mereceu-nos a atenção devida a um dos elementos constitutivos da cultura, que um movimento social transformador como o do operariado de então não podia deixar de gerar.

O período mais activo e mais rico da propaganda neomalthusiana é o que decorre desde o início do século até à guerra. Razão por que, embora existam vestígios da sua acção nos anos posteriores (até aos anos 40), não prolongámos a pesquisa para além daquele marco. A guerra, ao provocar divisões no movimento operário pelas tomadas de posições pró ou contra que originou (internacional e nacionalmente), e ao mobilizar parte dos seus elementos, actuou como travão da agitação operária.

Porque foram os libertários os mentores da corrente neomalthusiana em Portugal, interessar-nos-á particularmente o estudo do seu lugar na propaganda anarquista. Tal opção não exclui, no entanto, a necessidade de conhecer as reacções de outros sectores da sociedade portuguesa, como os republicanos, os socialistas ou as feministas.

A análise demográfica e a das modificações culturais, que o estudo das «técnicas da vida» pode permitir, estão fora dos nossos propósitos. Da mesma forma, não nos debruçámos mais do que o estritamente necessário sobre as políticas populacionais do Estado. A nossa análise será essencialmente sociológica e privilegiará os meios escritos da imprensa e da actividade editorial.

1. INTRODUÇÃO

Tal como Malthus ¹, o primeiro neomalthusiano conhecido era inglês: trata-se de Francis Place, que expôs a nova doutrina em 1822 e a que se seguiram, entre outros, Carlyle e Drysdale. Este último exerceu grande influência nos

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Sobre o papel de Malthus no pensamento contemporâneo refira-se o congresso realizado pela UNESCO, em Maio de 1980, em Paris, subordinado ao tema *Malthus hier et aujourd'hui*.

movimentos neomalthusianos, tendo o seu livro conhecido 26 edições no intervalo de 33 anos e tradução em 15 línguas, entre as quais o português².

Não se limitaram, no entanto, a retomar a lei da população do pastor protestante e a demonstrar a ineficácia e a violência do *moral restraint*: ao mesmo tempo que preconizavam a utilização de outros meios, indicavam-nos e forneciam receitas, método que se tornará uma característica da actividade neomalthusiana. Fundada a The Malthusian League, em 1877, o movimento conhece uma expansão considerável no resto da Europa e nos Estados Unidos da América. Para além de traduções e de produção teórico-prática própria, são criadas duas organizações, uma na Holanda, em 1881, e outra em França, em 1896, ambas extraordinariamente activas. É, contudo, a Ligue de la Régénération Humaine que nos interessa aqui rapidamente focar.

Foi com o seu principal mentor, o anarquista e mação Paul Robin, que o neomalthusianismo adquiriu uma expressão política e social que anteriormente não possuía, que se tornou ideologicamente comprometido: reduzir a natalidade implicaria diminuir o número de operários e de soldados, rareficando-se assim o exército de reserva e de defesa do capital. Os salários subiriam, a miséria desapareceria, a felicidade estaria mais perto. O neomalthusianismo francês assume-se deste modo como mais uma arma na luta contra o capitalismo. A sua presença no movimento operário ficará, no entanto, muito associada aos anarquistas, reservada que foi, quando não mesmo hostil, a posição dos socialistas perante a nova corrente.

A anterior experiência pedagógica de Robin contribuiu igualmente para a articulação do neomalthusianismo com as perspectivas emancipadoras do anarquismo. A sua divisa «Bom nascimento, boa educação e boa organização social» era bem o símbolo do novo caminho aberto pelo neomalthusianismo francês.

Em Portugal, o movimento assumiu algumas das características e a natureza política do seu congénere e antecessor francês. Não é assim de admirar a predominância de contactos com a liga francesa. Destacam-se os autores franceses, as edições francesas e também os anticoncepcionais franceses. As razões mais gerais desta preponderância acresce o facto de, entre os líderes morais e intelectuais do neomalthusianismo, ser Paul Robin aquele que, de longe, possuía a reputação mais amplamente firmada enquanto anarquista.

2. OS NEOMALTHUSIANOS EM PORTUGAL

2.1 SOCIOLOGIA DO MILITANTISMO NEOMALTHUSIANO

A primeira polarização sobre o neomalthusianismo em Portugal é a que ocorre em torno e a propósito da apresentação da tese de licenciatura em Medicina do Dr. Ângelo Vaz³, defendida na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1902. Tem por título precisamente *Neo-Malthusianismo* e consiste numa defesa vigorosa desta doutrina, abundantemente apoiada na argumentação sociológica de um Kropótkine e ainda no relatório dos neomalthusianos ao Congresso

² A 1.ª edição inglesa dos *Elementos de Ciência Social* data de 1854. Foram feitas duas versões portuguesas, a primeira das quais editada em 1876.

³ Ângelo Vaz era na altura um jovem intelectual com simpatias pelo anarquismo, filho de um oficial da Marinha de tradição liberal (o avô desembarcara no Mindelo), tendo chegado a colaborar no jornal operário anarquista *Despertar*, do Porto. Mais tarde adere ao republicanismo, é deputado e fica no Partido Democrático, mantendo uma activa vida política, paralela à sua actividade clínica, na qual enveredou pela pediatria.

Anarquista de Paris de 1900 ⁴. Esta tese, publicada em livro em 1902 ⁵, provoca alguns artigos na imprensa mais atenta, de entre os quais se destacam os de Pádua Correia no jornal português *A Voz Pública* ⁶.

Depois desta primeira agitação de ideias, um ou outro artigo surge esporadicamente na imprensa libertária, de moderada crítica uns, como os assinados por Sylla (pseudónimo provável de José Martins dos Santos) no *Germinal* de Setúbal, de franco apoio outros, como o de Costa Ferreira na revista *Luz e Vida*, do Porto ⁷.

O jornal *A Vida*, semanário anarquista operário do Porto, vem depois, em 1905, a carrear o maior volume de informação sobre o neomalthusianismo, assim como de divulgação doutrinária. De facto, na véspera do Natal de 1905, por exemplo, ele relata pormenorizadamente os trabalhos do 2.º Congresso da Federação Internacional da Regeneração Humana, havido em Liège em 17-18 de Setembro anterior, citando as presenças das grandes figuras do movimento: os Drs. Mascaux, Drysdale e Rutgers, Paul Robin, Eugène Humbert e outros. E indica que em breve haverá também em Portugal um movimento neomalthusiano, «teórico e prático», ao qual *A Vida* dará a sua melhor colaboração.

De facto assim será. O Porto e *A Vida* serão o principal núcleo difusor do neomalthusianismo em Portugal na sua primeira fase, à volta de 1906, mantendo estreitas ligações com o movimento internacional.

Mas deve igualmente pôr-se em relevo o facto de não ser Portugal uma mera periferia, seguindo por arrastamento passivo as iniciativas centro-europeias. Os Portugueses funcionaram de facto como um elo, com a sua importância própria, de uma cadeia mais longa: em primeiro lugar, porque, na vizinha Espanha, a propaganda neomalthusiana era objecto de severíssimas restrições, vindo o Porto, neste período, a constituir um importante apoio de retaguarda para Espanha. Um exemplo extremamente indicativo: a 1.ª edição de um dos mais eficazes e lidos folhetos de então, *Huelga de Vientres*, foi impressa no Porto, ao mesmo tempo que a sua correspondente edição portuguesa. O segundo aspecto do papel *intermediário* desempenhado pelos Portugueses foi em relação ao Brasil, numa época em que laços muito estreitos mantinham ligados periódicos e militantes portugueses e brasileiros. A propaganda, os textos, circulam sobretudo no sentido Portugal-Brasil, onde vem mais tarde a ser representada uma peça de teatro intitulada *Greve de Ventres*, exibida com sucesso em muitas «veladas sociais» promovidas pelas associações operárias brasileiras.

E não se pense que o apoio dos Portugueses era apenas logístico. *A Vida* segue de perto os sucessos e os traveses do movimento internacional e o nome de Luis Bulffi, o fundador da revista *Salud y Fuerza* e da Liga de Regeneração Humana em Espanha, aparece com frequência nas páginas deste e doutros jornais libertários. Por exemplo, é n' *A Vida* que Bulffi publica originariamente o artigo «Neomalthusianismo: pelo bem-estar imediato» ⁸, o qual vem a constituir o 1.º capítulo do seu folheto *Huelga de Vientres*, editado meses após.

Ao longo da sua curta história, a propaganda neomalthusiana em Portugal concentra-se fundamentalmente em torno de uns poucos *núcleos difusores centrais*, que irradiam para o resto do território e meios próximos, onde encontram apoios activos e colaborações mais episódicas.

⁴ Este Congresso, que devia coincidir com a Exposição Universal, acabou por ser proibido pelas autoridades. Em contrapartida, realizou-se o 1.º Congresso Internacional Neomalthusiano, donde saiu a Federação Internacional da Regeneração Humana.

⁵ Ângelo Vaz, *Neo-Malthusianismo* (tese inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto), Porto, Empreza Litteraria e Typográfica, 1902, 142 pp.

⁶ *A Voz Pública* de 22, 24, 25 e 28 de Outubro de 1902.

⁷ *Germinal* de 30 de Julho e 14 de Agosto de 1904. *Luz e Vida*, Fevereiro de 1905.

⁸ *A Vida* de 14 de Janeiro de 1906.

Já anunciámos acima que o Porto, importante centro operário anarquista, e o jornal *A Vida*, que exprime essa orientação ideológica, constituíram o primeiro desses núcleos difusores, fundamentalmente à volta de 1906 e 1907 e envolvendo a figura do militante Amadeu Cardoso da Silva, que foi o primeiro secretário da Secção Portuguesa da Federação Internacional da Regeneração Humana, constituída no seguimento do Congresso Internacional de 1905 (onde não esteve, contudo, nenhum português).

Nos anos seguintes, o Porto constitui sempre um apoio importante, mas vai perdendo aquele papel de foco irradiador que deteve em 1906-07. Assim, a partir de 1909, é na capital que passa a situar-se o centro de gravidade da propaganda neomalthusiana, na sua zona poente (Carnaxide, Algés), onde se desenvolve a actividade de António da Silva Júnior e da revista *Paz e Liberdade* e a do Grupo Novos Horizontes, onde pontifica Augusto Machado.

A partir do 3.º Congresso Internacional, que se realiza em Haia, em 28-29 de Julho de 1910, desta vez com a presença de Silva Júnior, reorganiza-se a Federação Internacional da Regeneração Humana, a qual, com um Bureau Internacional em Londres e sob a presidência dos esposos Drysdale e a vice-presidência de Paul Robin, passa a dispor de um secretariado descentralizado por cada país, ficando Silva Júnior o secretário da Federação em Portugal.

Entretanto instaura-se a República e a liberdade de edição e propaganda alarga-se consideravelmente. O núcleo de difusão neomalthusiana, que continua a ser Lisboa, desloca-se mais para o centro da cidade, à volta do jornal *O Agitador*, que sai quinzenalmente de Julho a Outubro de 1911, e de militantes como Teixeira Júnior, Martins do Rego, Nobre Cid e o mesmo Silva Júnior.

Sobreindo a repressão do Governo republicano e silenciado *O Agitador*, observa-se novo deslocamento: a partir do fim de 1911 e durante os anos seguintes (1912 e 1913) é Setúbal que constitui o núcleo difusor principal do neomalthusianismo, apoiado no jornal libertário *Germinal*, em cuja sede funciona inclusivamente o Secretariado Português da Federação Internacional.

Uma tentativa de trazer de novo para Lisboa este Secretariado, no início de 1913, salda-se por um fracasso, associado à vida efémera do jornal neomalthusiano *O Anarquista*.

Mas quem são os indivíduos que agitam em Portugal esta doutrina nova? Trata-se, em geral, de jovens, de adesão relativamente recente ao ideário anarquista. Os mais activos são certamente os seguintes:

António da Silva Júnior, de que desconhecemos a profissão. Em 1908-09 é animador do Grupo Camponeses Rebeldes, de Carnaxide, o qual procura fazer propaganda anarquista entre os pequenos proprietários agrícolas dos arredores da capital. Muito sensibilizado pelo antimilitarismo, tenta publicar um *Manual do Soldado* e em 1911 participa num Comité Antimilitarista, em Lisboa, que reúne militares e civis radicais e critica a passividade da tentativa de uma Liga Antimilitarista criada em 1908 por republicanos e anarquistas agrupados na Federação do Livre Pensamento. Ele próprio é refractário, sendo preso em Março de 1911 e dando entrada no quartel de Mafra «entre baionetas». É o proprietário e director da revista *Paz e Liberdade* e redactor principal d'*O Agitador*. Mantém intenso intercâmbio epistolar com o estrangeiro, nomeadamente com Henri Zisly, em França.

José Joaquim Teixeira Júnior. É madeirense, igualmente jovem, instalado em Lisboa há pouco tempo. Colabora no jornal sindicalista *A Greve* e no anarquista *O Protesto*, de Pinto Quartim. Em 1909 publica já um pequeno livrinho onde conta as suas «impressões de um libertário madeirense em Lisboa» e aí anuncia os seus projectos editoriais: *Contra a Reacção* (livre-pensamento), *Aos Operários* (sindicalismo revolucionário), *Prostitutas, Revoltai-Vos!*, *Soldados, Desertae!* e *Mulheres, não Procreéis!*. De facto, só

este último foi dado à estampa, com bastante publicidade e algum escândalo. Mas o conjunto é extremamente revelador! O seu nome figura como proprietário d'*O Agitador* e é colaborador assíduo d'*A Humanidade*, chegando a ser seu redactor principal e merecendo a honra de retrato na primeira página, nos números comemorativos da fundação do jornal. É farmacêutico de profissão, trabalhando no Hospital de São José e na Escola Médica.

João Martins do Rego. É outro farmacêutico. Editor d'*O Agitador*, proprietário d'*O Anarquista*, é também colaborador (e mesmo director) d'*A Humanidade*.

Nobre Cid. Ainda um farmacêutico. Prolixo colaborador d'*O Agitador*, do *Germinal* e d'*O Anarquista*.

Amadeu Cardoso da Silva. O iniciador portuense de 1906. É alfaiate, correspondente em Portugal da *Salud y Fuerza*. Anarquista, sendo por essa qualidade atacado pelos socialistas da sua associação de classe em 1909, o que o leva à ruptura e à constituição de uma nova associação: a União Fraternal dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate do Porto.

Gaspar Santos. Colaborador em 1913 do jornal *Terra Livre*, de Pinto Quartim, sendo então estudante de Medicina, em Lisboa. Rebelde e inconformista, resvalou para o individualismo anárquico e, enquanto médico, continuou sempre batalhando contra todos os conservadorismos ⁹.

Augusto Machado. Militante de grande actividade, animador do Grupo Novos Horizontes, de Algés, pelo qual redige um importante relatório sobre o neomalthusianismo em Portugal para o Congresso de Haia de 1910. Na época é também colaborador d'*O Sindicalista*, de Alexandre Vieira, mais tarde do *Germinal*, de Emílio Costa, de Lisboa. Futuro aderente ao bolchevismo.

Como se pode verificar, a origem social destes propagandistas seria predominantemente pequeno-burguesa. Nem operários nem propriamente intelectuais, não estavam em boa posição para se distinguirem no movimento sindical operário, nem como líderes nem como mentores. Mas a ligação profissional de muitos deles à actividade farmacêutica coloca-os em situação favorável no meio hospitalar e da saúde ¹⁰.

Para além deste punhado de entusiastas, outros colaborariam, em maior ou menor grau, mais seguida ou esporadicamente. Por exemplo: Virgílio de Sá, Verdu Martins, Alvaro da Conceição Branco, Luís Machado, H. Martins Branco, Carlos Nobre, Mário Campos, Santos e Silva, Ângelo Jorge, Carlos de Sousa, Costa Ferreira, F. V. Silva e Eliseu Justo.

A organização da acção neomalthusiana era bastante rudimentar. Assentava nos já citados secretariados da Federação Internacional da Regeneração Humana ¹¹, cuja função era, não de propaganda, mas de relação regular com a Federação Internacional, nomeadamente para o recebimento de informações, brochuras, receitas e produtos anticoncepcionais. Internamente, mantinham

⁹ Era irmão de Virgílio Santos, professor primário e activo militante do educacionismo e do associativismo docente, morto pela tuberculose em 1921.

¹⁰ Ver, a propósito, a ideia da criação de uma Federação da Saúde e as lutas do pessoal dos Hospitais Cívicos, em *A Humanidade*, 1913.

¹¹ Estes secretariados residem sucessivamente na morada do próprio secretário, Amadeu Cardoso da Silva, primeiro na Rua de Trás da Sé, 8-C, em seguida na Rua do Miradouro, 23, Porto; na residência de Silva Júnior (Avenida de Tomás Ribeiro, Carnaxide); em Lisboa, na Biblioteca de Escritores Jovens (Rua do Benfornoso, 43, 2.º, d.º), na sede d'*O Agitador* (Rua do Diário de Notícias, 127, 3.º, ao Bairro Alto); na sede do *Germinal*, em Setúbal (entre outras, na Rua de São Sebastião, 49, 1.º); e ainda, episodicamente, em Lisboa, na sede d'*O Anarquista* (Calçada da Memória, 46, rés-do-chão).

correspondência com os utilizadores e todos os desejosos de se informarem sobre o assunto. Vendiam também literatura, produtos e aparelhos e organizavam consultas elementares. É de crer que os secretários fossem assessorados por alguns outros camaradas no desempenho destas tarefas. Contudo, não encontramos vestígios de formas organizativas mais desenvolvidas, implicando reuniões formais, estatutos, etc.

A propaganda foi, em Portugal, feita essencialmente pelo jornal e pela brochura.

Pelo que toca aos periódicos, foram três os que explicitamente se definiram como neomalthusianos:

Paz e Liberdade, ostentando o subtítulo rutilante de «Revista Mensal Anti-Militarista, Anti-Patriótica, Sindicalista-Revolucionária e Neo-Malthusiana», foi, de facto, pela propaganda veiculada, bastante mais antimilitarista que neomalthusiana, pois só acabou por incluir um artigo sobre esta última matéria nos dois números finalmente publicados, em Julho e Outubro de 1909¹².

O Agitador, embora com a indicação de «Semanário Anarquista», é de facto a experiência mais conseguida de propaganda jornalística neomalthusiana, pois é capaz de manter esta periodicidade de 1 de Julho a 15 de Outubro de 1911, altura em que suspende a sua combativa acção sob os golpes da repressão republicana. Comentará o *Germinal* que «o nosso valente camarada de Lisboa *O Agitador* acaba de ser processado pela libérrima lei de imprensa que o João Franco legou secretamente a Afonso Costa. É a primeira manifestação de liberdade de pensamento com que nos brinda o pimpolho João Chagas»¹³. *O Agitador* tem no seu quadro de origem militantes cem por cento neomalthusianos, como Santos Júnior e Teixeira Júnior, mas desenvolve também activíssima propaganda contra a «reação vermelha», que desatende e frustra as expectativas operárias. Chega, por exemplo, a lançar uma campanha de boicote à imprensa diária (republicana). Contudo, perante o perigo da restauração monárquica e da intervenção estrangeira, proclama-se (ainda) explicitamente pelo intervencionismo dos anarquistas ao lado da República¹⁴.

O Anarquista foi um intento do mesmo género, mas logo fracassado, posto que só terá tirado um número, em 19 de Janeiro de 1913. O proprietário era Martins do Rego, o director e editor Silva Júnior e a sede era na Calçada da Memória, 46, rés-do-chão, em Lisboa. Embora indicasse como subtítulo apenas «Folha Semanal», o conteúdo era retintamente neomalthusiano¹⁵.

No respeitante às brochuras, duas têm um importante papel nesta época: *Greve de Ventres*, de Luis Bulffi, tradução de Ângelo Jorge, editada no Porto, em

¹² Indicava como proprietário e redactor principal Silva Júnior, era impressa na Tipografia Minerva, de Gaspar Pinto Sousa e Irmão, de Famalicão (anote-se), num formato de 25 cm × 15 cm, com 20 páginas e capa cartonada, vendendo-se ao preço de 20 réis. Indicava a morada, primeiro na Rua de Rosa Araújo, 29, cave, Lisboa, e depois na Rua de Tomás Ribeiro, Carnaxide.

¹³ *Germinal* de 30 de Outubro de 1911. N.º *O Porto* de 3 de Setembro de 1911, num artigo contra o neomalthusianismo, refere-se a «larga venda nas ruas do Porto» que teria *O Agitador* nessa altura.

¹⁴ Era um jornal que incluía na última das suas 4 páginas (formato 45 cm × 30 cm) uma vastíssima publicidade de produtos e literatura neomalthusiana, saía pontualmente aos domingos, era composto e impresso na Typographia A Nacional, na Rua da Conceição da Glória, 38-40, e vendido ao preço de 10 réis. Tinha a redacção e administração na Rua do Diário de Notícias, 127, 3.º, era director Virgílio de Sá e administrador Santos e Silva e possuía uma boa rede de correspondentes.

¹⁵ Tinha 2 páginas, o formato de 60 cm × 40 cm, era composto e impresso na Travessa das Mercês, 59, em Lisboa, e vendia-se ao preço de 10 réis.

1906, pela Secção Portuguesa da Liga Internacional da Regeneração Humana¹⁶; e *Mulheres, não Procreéis!*, de José Teixeira Júnior, editada em Lisboa, em 1911, pela Biblioteca de Escritores Jovens, dirigida por Eliseu Justo¹⁷. Quanto aos preços a que eram vendidas, eram respectivamente 20 e 40 réis. Contudo, a primeira indicava de maneira bem visível que se fazia um preço especial de 800 réis para pacotes de 50 exemplares. Eis uma manifestação da intenção proselitista dos editores, que de facto vêm esgotar-se as tiragens em pouco tempo. Por meados de 1911 começa a anunciar-se insistentemente a 2.ª edição de *Mulheres, não Procreéis!*, que foi um êxito de venda, a que não terá sido estranha a má disposição contra ela mostrada pelas autoridades republicanas¹⁸.

Uma terceira brochura, *A Felicidade dos Pobres*, de Émile Chapelier e Jean Rahtier, em tradução de Carlos Nobre, nunca chegou a ser editada, pelos encaixes e questões entre os mais activos neomalthusianos, acabando por aparecer em folheto no jornal *O Anarquista*, em 1913, logo ficando por aí parado.

Muito mais tarde, e fora deste período áureo da propaganda neomalthusiana, outra brochura vem completar a bibliografia desta corrente libertária: *Procreação Consciente*, publicada em França pelos grupos operários neomalthusianos e editada em português em 1922, em Lisboa, pela Biblioteca d'«A Sementeira»¹⁹.

Infelizmente, não conhecemos exactamente as tiragens destas edições, mas é de crer que elas não fugissem muito ao quantitativo médio de outros folhetos libertários do mesmo tipo²⁰.

A estes meios escritos propagadores das teorias neomalthusianas têm de juntar-se outros. Em primeiro lugar os jornais que, não sendo especificamente neomalthusianos, constituíam importantes bases de apoio daqueles, multiplicando a propaganda, transmitindo informação, tomando parte inclusive no processo de venda de produtos anticoncepcionais. Estão neste caso:

A sequência de jornais semanários portugueses *A Vida* (de 1905 a 1909), *A Aurora* (entre 1910 e 1917) e *A Comuna* (nos anos 20).

O jornal *A Humanidade*, de Lisboa, quinzenário (entre 1911 e 1915).

O jornal *Germinal*, semanário, de Setúbal (entre 1911 e 1913).

A revista *A Sementeira*, mensal, de Lisboa (sobretudo em 1911 e mesmo até 1913).

O jornal *Terra Livre*, semanário de Lisboa (em 1913).

Com excepção d'*A Humanidade*, todos os outros são de filiação ideológica libertária, devendo assinalar-se que, no caso do *Germinal*, este jornal desempenha mesmo, a seguir à suspensão d'*O Agitador* e até meados de 1913, um papel de verdadeiro jornal neomalthusiano, pela abundância de artigos e publicidade, bem como de notícias organizativas desta corrente.

Em segundo lugar, a propaganda neomalthusiana terá usado também meios orais. A meio caminho entre o boca-a-orelha e as discussões de serão nos locais anarquistas, por um lado, e, por outro, o género das empolgantes conferências

¹⁶ Uma vez designada como Internacional, outras como Universal, às vezes como Federação, outras como Liga, trata-se sempre, de facto, da mesma entidade.

¹⁷ A primeira impressa, em 16 páginas, na Typographia Peninsular, Rua de São Crispim, 18-28, Porto, e a segunda tinha 24 páginas, impressas no Instituto de Artes Gráficas, na Rua das Pretas, 17, Lisboa.

¹⁸ Ver o testemunho de Jacinto Baptista, «Conversa com o autor de *Mulheres, não Procreéis!*», in *História*, Lisboa, n.º 6, Abril de 1979, pp. 40-42.

¹⁹ Compunha-se de 36 páginas, impressas na Sociedade Gráfica Limitada, Rua do Século, 150, e vendidas ao preço de \$25.

²⁰ Para dar uma ordem de grandeza, fixe-se o número de três milheiros.

do neomalthusianismo parisiense, sabemos terem os militantes portugueses procurado expandir as suas ideias através de sessões de propaganda e pequenas conferências, como, por exemplo: em Março de 1906, na Associação dos Operários Marceneiros do Porto, onde o conhecido anarquista Serafim Cardoso Lucena elogia a ideia neomalthusiana; em 1910, em Santarém, onde Teixeira Júnior perorará sobre «o neomalthusianismo perante a ciência»; em Setembro de 1911, em Lisboa, na União da Construção Civil, no Beato, onde fala Verdu Martins, e na festa do Grupo Povo Livre, onde conferencia Alvaro Conceição Branco; em Outubro do mesmo ano, no Grupo Renovação Social, onde «um camarada chegado da Bélgica» discorre sobre «o neomalthusianismo e os efeitos do álcool»; em Março de 1913, Carlos de Sousa faz uma conferência no Centro e Biblioteca de Instrução Livre, no Porto; em 21 de Junho de 1913, também no Porto, há mesmo um comício organizado pelo Grupo de Propaganda Social «Vida Nova» no Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, às Antas, onde se protesta contra a repressão estatal à propaganda neomalthusiana.

Finalmente, teoria e prática estando aqui estreitamente associadas, vamos encontrar notícia de que os militantes neomalthusianos procuravam não só convencer os operários e o povo da bondade da sua doutrina, como estavam prontos a fornecer-lhes os meios práticos recomendados: receitas, dispositivos, produtos e conselhos anticoncepcionais. De tal se encarregavam, como já vimos, os secretariados da organização neomalthusiana, os jornais propriamente neomalthusianos e os apoiantes que já enumerámos. E bem assim um certo número de «farmácias amigas». Mesmo nos anos 20, encontramos referências de que esses produtos estavam à venda nas sedes d'*A Batalha* e da biblioteca d'*A Sementeira*, em Lisboa, e na d'*A Comuna*, no Porto²¹.

Também na brochura *Mulheres, não Procreéis!*, o autor termina dizendo que ele e o seu amigo Martins do Rego (ambos farmacêuticos) ficam à disposição dos interessados... E, em Março de 1912, a imprensa anarquista anuncia a intenção de Eliseu Justo e Silva Júnior de abrirem em Lisboa um escritório de consultas neomalthusianas, iniciativa que não deve ter chegado a concretizar-se.

Mas a propaganda das ideias e dos meios práticos neomalthusianos não ficou restrita a Lisboa, Porto e Setúbal. A geografia do neomalthusianismo português penetrou na província, obviamente pela via da implantação anarquista e sindicalista. Assim, podemos distinguir uma *rede primária* (onde os contactos e actividades foram mais prosseguidos e intensos), que compreende as localidades de Coimbra, Almada, Portalegre, Sines, Évora, Beja, Portimão, Silves, Faro e Funchal. E temos depois uma *rede secundária* (de actividades mais frágeis), incluindo as povoações de Viana do Castelo, Braga, Famalicão, Tortozendo, Gaia, Foz Côa, Anadia, Viseu, Covilhã, Marinha Grande, Leiria, Tomar, Sintra, Oeiras, Barreiro, Seixal, Aldeia Galega, Sesimbra, Amareleja, São Cosme, Estremoz e Aljustrel.

Com base nestes dados, estabelecemos a seguinte geografia diferencial da propaganda neomalthusiana:

Litoral sul	41 %
Litoral norte	31 %
Interior sul	18 %
Interior norte	10 %

Como se vê, o Sul aparece mais bem irrigado que o Norte, o litoral que o interior e a zona Lisboa-Setúbal é já um pólo de difusão importante.

É impossível aqui estudar a irradiação da propaganda neomalthusiana no tecido urbano das grandes cidades. Limitemo-nos, por isso, a registar que ela se fazia fundamentalmente a partir das sedes militantes e também de locais de comércio ²².

Encerremos, pois, este capítulo com a referência à literatura estrangeira que também tem curso entre nós, obviamente só acessível aos militantes mais cultos, mas cujos anúncios eram, mesmo assim, muito frequentes nas páginas dos jornais libertários ²³.

Quanto a artigos de estrangeiros em jornais e revistas portuguesas, os autores que mais aparecem são Luis Bulffi, Manuel Devaldès (um importante individualista e neomalthusiano francês), R. Fraigneux, Alfred Naquet, Edouard Ganche, José Chueca, Jeanne Dubois, Nelly Roussel e Paul Robin.

Finalmente, não se podem olvidar os anúncios que desta literatura os jornais libertários, sindicalistas e corporativos faziam, os exemplares à venda ou para consulta nas sedes e bibliotecas populares e operárias. Mesmo dentro das modestas dimensões que o neomalthusianismo atingiu entre nós, tais processos «capilares» são obviamente impossíveis de contabilizar com um mínimo de rigor ²⁴.

2.2 O DISCURSO E A PRÁTICA

O discurso neomalthusiano em Portugal legitimou-se, no essencial, na necessidade de melhorar as precárias condições de vida do operariado, por um lado, e na defesa do prazer no amor, por outro, preocupações aliás comuns aos propagandistas e teóricos da Europa.

Não nos encontramos, no entanto, em presença de um discurso uniforme. Cambiantes, divergências mesmo, surgiram, em consequência quer da existên-

²² Em Lisboa: *quiosques*: Elegante (Rossio), Sol (Rossio), Largo do Carmo, Largo do Conde Barão, Cais do Sodré, Rua de São Vicente à Guia e Rua Nova do Almada; *tabacarias*: Vouga (Rua do Rato), Cais do Sodré, Godinho (Rua da Boavista, 156), Mónaco (Rossio), Rua Nova do Almada, 46, Folgoso (Rua dos Retroseiros, 3), Rua do Amparo, 52, Marroquina (Rua da Prata, 46), Estrela de São Paulo (Rua de São Paulo, 2), Havaneza de São Bento (Rua dos Poiais de São Bento, 141), Rua Direita de Belém, 153, e Rua das Freiras Salésias, a Belém, 61-D.

No Porto: Livraria Ferreira dos Santos (Rua de Santa Catarina, 231), Tabacaria Martins (Rua da Fábrica) e Rua de Costa Cabral, 95.

Em Setúbal: Centro Cosmopolita da Rua de São José e Salão Quaresma (barbearia do anarquista José Artur Quaresma), à Avenida Todi.

²³ No que respeita a periódicos, é a revista mensal *Salud y Fuerza*, de Barcelona (Calle Tapiñeria, 27 e 28, pral. 1.ª), que é certamente a mais lida e conhecida. Seguem-se-lhe as francesas *Génération Consciente*, de Eugène Humbert, e *Vie Naturelle*, de Henri Zisly, e *Natura*, de Fernando Carbonell (Buenos Aires e Montevidéu). Episodicamente, encontram-se referências a *L'Ère Nouvelle* (de E. Armand), *Le Malthusien* (França), *El Mensajero de la Salud* (Buenos Aires), *El Naturista* (Havana), *El Nuevo Malthusiano* (Espanha), *The Malthusian* (Inglaterra) e *Social Harmonie* (Alemanha).

No que toca a livros e brochuras, circulam:

Jean Marestan, *Éducation Sexuelle*, muito procurado, vendido a 600 réis.

P. Robin, *Contre la Nature*.

Émilie Lamotte, *La Limitation Volontaire des Naissances*.

André Lorulot, *Procréation Consciente*.

L. Bulffi, *Huelga de Ventres* (em 1907 já vai na 4.ª edição).

Franck Sutor, *Generación Consciente*.

P. Robin, *Degeneración de la Espécie Humana*.

A. Naquet e G. Hardy, *Neo-Malthusianismo y Socialismo*.

C. Folgar, *Nueva Huelga de Ventres*.

²⁴ Fora do período que nos interessa, não deixa de ser interessante referir que, nos anos 30 e 40 e em plena clandestinidade política, as Juventudes Libertárias se dedicavam ao estudo e à propaganda dos meios anticonceptivos. Ver também nota 66.

cia de neomalthusianos não comprometidos com o movimento operário, quer das diferentes correntes existentes no seu seio. Egas Moniz, Ângelo Vaz e Mendes Assunção situam-se entre os primeiros; Silva Júnior, Teixeira Júnior, Nobre Cid e Gaspar Santos, para citar apenas os principais, entre os segundos.

Questões aparentemente tão díspares como a miséria, a revolução social, a eugenia, o militarismo, a sexualidade, o naturismo, a educação e a família surgem-nos conectadas com os argumentos utilizados para legitimar as práticas neomalthusianas; mas são igualmente invocadas para restringir o seu raio de acção ou mesmo, em alguns casos, para advogar o seu estatuto de questão marginal.

Começaremos pela análise do discurso, dado que, se o neomalthusianismo é essencialmente uma prática, ao pôr em causa os valores culturais dominantes, ao modificar as relações entre os sexos e ao juntar-se aos passos dados pela humanidade no sentido de se libertar da natureza, necessitou de uma legitimação, se possível científica, para se defender dos seus diversos opositores e para derrubar os preconceitos sociais. Não é, assim, de estranhar o lugar ocupado pela produção teórica na propaganda neomalthusiana: como afirmava um dos seus mais acérrimos defensores, «o nosso propósito é vencer pela lógica dos factos, pela indestrutibilidade do argumento, pela força da razão, enfim, que deve falar sempre mais alto do que todos os convencionalismos havidos e por haver»²⁵.

A lei da população enunciada por Malthus foi o ovo de onde saiu o neomalthusianismo. Explícitamente ou não, em todo o texto neomalthusiano se encontra Malthus. Nalguns casos, como com Egas Moniz ou com Nobre Cid, são-lhe dedicadas páginas ou artigos, demonstrando a universalidade e a permanência da sua lei e utilizando-a como fundamento teórico, como a prova científica de que é necessário limitar o número de nascimentos²⁶: a causa principal dos males de que sofria a sociedade estava na «procriação sem limite e sem método». Teixeira Júnior, como outros seus companheiros anarquistas, acabam deste modo, mesmo quando afirmam que o capitalismo é o maior adversário²⁷, por relegar para segundo plano um dos pontos fundamentais da doutrina libertária, segundo a qual só com a destruição da organização económica e social capitalista seria possível acabar com a miséria.

Aqueles que contestam Malthus — apoiando-se, regra geral, em Kropótkine — utilizam o argumento tornado clássico e mais tarde muito empregue pelos marxistas: o excesso de população só existe devido à desigualdade na distribuição das riquezas, a miséria é produto do sistema económico e social e a natureza é infinita graças à capacidade do homem em aumentar as forças produtivas com o auxílio da técnica. Malthus, «o pontífice dos economistas burgueses [...] com um fraseado de impor, esqueceu-se de que, se por acaso a população ocupasse o mundo inteiro, o génio humano encontraria um processo de encontrar as subsistências necessárias»²⁸.

O debate sente-se presente nos escritos neomalthusianos, que ora contra-argumentam, dizendo, por exemplo, que dos famintos e dos indigentes é que nada se pode esperar na luta contra o capitalismo, ora reafirmam a sua adesão aos princípios anarquistas («queremos ver o operário mandar o patrão trabalhar,

²⁵ Nobre Cid em *Germinal* de 28 de Junho de 1913.

Não analisaremos as traduções portuguesas de obras como as de Bulffi ou do Dr. Brennus, por não se tratar de produções nativas.

²⁶ Egas Moniz, *A Vida Sexual (Fisiologia e Patologia)*, Lisboa, Livraria Editora, 5.ª ed., 1923, 573 pp.

Artigos de Nobre Cid em *O Agitador* de 20 de Agosto de 1911 e no *Germinal* de 16 de Novembro de 1912 e 10 de Maio de 1913.

²⁷ Teixeira Júnior, *Mulheres, não Procreéis!*, p. 8, por exemplo.

²⁸ Como escreveu José Carlos de Sousa em *O Sindicalista*, 1911.

queremos ver o triunfo do movimento operário») ²⁹, ora são mais cautelosos quanto à capacidade redentora do neomalthusianismo («a questão social resolve-se; não é logo, mas comece-se») ³⁰.

Além de que a qualidade é preferível à quantidade. Este é já um argumento comum a um Egas Moniz ou a um Nobre Cid, que propunham as práticas neomalthusianas como meio de impedir o nascimento de doentes, tarados, etc., ou seja, a eugenia, que se tornará uma das bases doutrinárias do fascismo e do nacional-socialismo... depois de ter sido um dos elementos legitimadores do neomalthusianismo europeu. Longe estavam, contudo, os seus defensores de conhecer o rumo duma prática na altura advogada com fins altamente humanitários, dado o elevado número de sífilíticos, tuberculosos e alcoólicos, para só citar as «doenças do século». Esta defesa da eugenia por personagens tão diversas era possível em virtude dos diferentes objectivos que se pretendiam alcançar: para uns significava a consolidação e melhoramento da Raça necessários à defesa da Nação, para outros era uma prática que permitiria não só lutar contra a propagação das doenças no meio operário, como fortalecer o proletariado para o combate.

Mas o neomalthusianismo de cariz libertário não se propunha apenas diminuir a miséria e as doenças; visava igualmente acabar com a carne para canhão, a carne para prostíbulos e os filhos não desejados. Despovoando-se as casernas, ficaria o capital sem defensores e com ele cairiam os Estados, a Igreja e a desigualdade social ³¹, ponto de encontro com os antimilitaristas, que, por seu turno, por esta via chegam a propagar o neomalthusianismo.

Não terá sido apenas por declarar guerra à natalidade, aos quartéis ou ao capitalismo que o neomalthusianismo se tornou conhecido ou sofreu a repressão durante a República. O problema fulcral encontrava-se nos meios que preconizava para atingir os fins: jamais o *moral restraint* de Malthus, repudiado como anti-racional, nocivo para a saúde e castrador do prazer. Não. O neomalthusianismo apresentava-se como «fonte inesgotável de prazer e amor», o meio de fugir «à miserável lei de o vosso ventre se tornar em gerador inconsciente de carne para alimentar o açougue do burguês» sem negar o direito aos prazeres sexuais. Fazer amor e fazer filhos podia deixar de ser o mesmo acto: a sexualidade libertava-se da procriação graças às práticas neomalthusianas.

É esta uma das facetas mais modernas e mais radicais do neomalthusianismo, assumida e defendida também pelos propagandistas portugueses. Questão completamente ignorada pelos que atacavam o neomalthusianismo do ponto de vista económico e político, como Sylla ou José Carlos de Sousa ³², e que se chocaria com o naturismo, doutrina e prática que conheceu certa difusão em Portugal desde os finais do século XIX. Na realidade, as práticas neomalthusianas são contra a natureza, contra o ventre naturalmente fecundo da mulher, ao porem na mão e na vontade de cada um os meios de a contrariar. O ataque não é feito somente a esta nova religião, mas também à antiga, visto o desafio à vontade de Deus ser possível. O problema moral está levantado e os neomalthusianos esforçar-se-ão por pôr a nu a imoralidade do «crescei e multiplicai-vos» para que sejais sempre miseráveis ³³. Os que existiam eram os que tinham escapado aos abortos, à maldição dos pais, ao infanticídio. A procriação limitada e consciente é, por isso, apresentada como menos contrária à moral do que a

²⁹ Nobre Cid em *O Agitador* de 20 de Agosto de 1911.

³⁰ Martins Branco em *O Agitador* de 27 de Agosto de 1911.

³¹ Luís Machado em *O Agitador* de 24 de Setembro de 1911.

³² Respectivamente em *Germinal*, 1904, e *O Sindicalista*, 1911.

³³ «É a inconsciência do homem na confecção da carne, para atender ao mando de um palerma que há 1911 anos dizia: *Crescei e multiplicai-vos*. Sim, *crescei e multiplicai-vos*, para que sejais sempre os escravos, os miseráveis, para que vos guerreis na conquista do pão, que não pode chegar para todos!» (Nobre Cid em *O Agitador* de 17 de Setembro de 1911).

continência, pois, «em vez de ser homicida [...] é o único meio possível de impedir o homicídio [...], em vez de ser imoral [...] é o único meio possível de introduzir a verdadeira moralidade na sociedade humana»³⁴. E não seriam os burgueses, os republicanos ou mesmo os socialistas que poderiam acusar de imorais e pornográficas as práticas propostas. Há muito que eles «praticavam o neomalthusianismo», como se podia verificar pelo número de filhos que tinham, a que não era estranho o largo recurso à prostituição. Era preciso, sim, que o neomalthusianismo deixasse de ser exclusivo dos ricos.

Menos filhos implica também mais tempo livre para o homem e para a mulher, o que, conjuntamente com a diminuição dos encargos familiares, permite que a criança seja rodeada de conforto, seja instruída e venha a fazer parte de uma «geração consciente e fortificada pela educação». Pedra de toque de Paul Robin, a educação encontra-se também presente no discurso neomalthusiano português do princípio do século, como complemento indispensável do movimento a que Ângelo Vaz chamou o «verdadeiro evangelho da regeneração humana», posição a que não é decerto alheia a nova forma de encarar a criança e consequente modificação do seu estatuto no seio da família³⁵.

Porque, ao proporem a diminuição da natalidade, reivindicavam simultaneamente o direito ao prazer, os arautos portugueses do novo malthusianismo proclamavam a emancipação da sexualidade em relação à procriação, conquista que libertava acima de tudo a mulher. Era esta que pagava o mais duro preço pelo direito a um pouco de amor, mas que, em contrapartida, possuía maior poder de decisão quanto ao número de filhos que o seu ventre geraria. Não são, deste modo, de estranhar os apelos feitos ao sexo feminino³⁶ para que adira às práticas neomalthusianas: com menos filhos ou sem filhos, podendo amar sem o receio de uma gravidez indesejada, as mulheres poderiam ser mais livres, mais felizes, ter tempo para se instruir e para coadjuvar a organização...

Só que, e é Nobre Cid quem o afirma nas colunas do *Germinál*, há nos casais operários — e, nestes, os que vivem pior — uma animalidade inconsciente, «de ratos»³⁷; mulheres que riem da propaganda neomalthusiana e exasperam os seus defensores ao ponto de as maldizerem! O vanguardismo desta nova teoria no campo moral e sexual e a sua subsequente prática chocaram-se com os preconceitos daqueles a quem se dirigia, com os seus valores socioculturais e os seus modelos de sexualidade.

Finalmente, a propaganda neomalthusiana, ao pôr a tónica na vontade de cada um, e não na vontade colectiva, e ao advogar uma melhoria imediata do quotidiano operário independentemente da revolução social, entrou em confronto com dois dos principais postulados do movimento operário do princípio do século. Atitudes que ajudam a explicar o relativo isolamento do neomalthusianismo no seio do operariado³⁸. Isolamento também provavelmente motivado pela quase imperceptível inversão do seu discurso: lenta e quiçá forçadamente, os neomalthusianos foram levados a defender a prioridade do direito ao prazer, relegando para um plano mais secundário a questão da natalidade. Ou, como afirmava Gaspar Santos em 1913³⁹, «o neomalthusianismo desviou-se do fim primitivo. Esqueceu-o».

³⁴ A. Mendes Assunção, *A Cópula Preventiva (ou Processos para Evitar a Gravidez segundo a Medicina Natural...)*, Lisboa, ed. do autor, s. d., 49 pp.

³⁵ Ver a este propósito Philippe Ariès, «L'enfant dans la famille», in *Histoire des Populations Françaises*, Paris, Seuil (1971), 1979.

³⁶ Teixeira Júnior, por exemplo, publica o seu livrinho, como vimos, sob o título *Mulheres, não Procreéis!* Um dos apelos do secretariado neomalthusiano dirige-se formalmente, em primeiro lugar, às mulheres.

³⁷ Modelo popular de liberdade sexual de que fala Shorter? Ver as referências de Ph. Ariès a este respeito em *op. cit.*, pp. 6-9.

³⁸ Nobre Cid, em *Germinál* de 22 de Junho de 1912, queixa-se do silêncio da imprensa operária.

³⁹ *Terra Livre* de 6 de Março de 1913.

Corolário indissociável desta nova doutrina, e porventura a sua faceta mais conhecida, são os diferentes meios passíveis de serem utilizados para evitar a gravidez, vulgarmente designados por práticas neomalthusianas ou anticoncepcionais.

Interessa-nos aqui, não tanto a enumeração e descrição exaustiva desses processos, como as opiniões dos neomalthusianos em relação aos vários métodos. Não podemos, porém, deixar de referir rapidamente os existentes na época.

Os mais divulgados e aconselhados pelos neomalthusianos eram, por um lado, os preservativos masculinos — Condom, camisa-de-vénus, etc., todos do mesmo género — e, por outro, os femininos. Nestes podemos distinguir os de acção mecânica, que, tal como os utilizados pelo homem, são um «aparelho» que a mulher coloca no fundo da vagina de forma a impedir a passagem dos espermatozóides para o útero (entre eles contavam-se os pessários oclusivos e o fossete uterófilo); os anticoncepcionais solúveis (químicos), de acção anti-séptica, do tipo cone, pessário ou óvulo vaginal, e os pós ou líquidos especiais introduzidos com o auxílio de seringas, irrigadores, etc., e vulgarmente designados por *lavagens*; dentro deste grande grupo contavam-se ainda os chamados *processos mistos* (pessário oclusivo com espermaticida, por exemplo)⁴⁰.

Finalmente, existiam os métodos naturais e, *a posteriori*, o aborto⁴¹.

Os anticonceptivos eram geralmente os mais indicados pelos neomalthusianos, devido à sua fácil aplicação e maior eficácia. Frequentemente de origem francesa (cones Mascaux) ou alemã (pessário Messinga), elaborados por médicos ou farmacêuticos, a sua origem científica era sempre realçada.

As preferências iam para os femininos⁴², os quais, afirmavam os seus divulgadores, não causavam incómodo algum. Mais explícito era o professor de Medicina Natural Mendes Assunção, que opinava que, para ser realmente bom, o anticonceptivo devia ser empregue pela mulher, «porque estraga a paixão e diminui o impulso venéreo, se é o homem que tem de pensar nisso»!⁴³ Ou então porque permite (caso dos cones) aos namorados e jovens maridos a sua introdução na vagina sem que a mulher perceba, enquanto o pudor desta não permitir ao homem ensinar-lhe a utilização de outros meios menos dispendiosos⁴⁴.

Com efeito, o preço destes produtos era um problema. O seu elevado custo, derivado do «mercantilismo vergonhoso», ou seja, do aproveitamento feito pelas farmácias e drograrias da procura, era um dos óbices à sua utilização pelo operariado. No caso dos estrangeiros, cujo preço vinha indicado em francos,

⁴⁰ Os artigos e livros neomalthusianos descrevem minuciosamente estes métodos na sua composição, fabrico e utilização.

O Condom, por exemplo, era feito de borracha, o que tornava impossível o seu fabrico caseiro. Quanto aos pessários oclusivos (diafragmas), se os de borracha eram os mais seguros, podiam ser substituídos por esponjas embebidas em líquidos espermaticidas, feitas com esponja natural ou artificial, ou com lã, seda ou algodão não hidrófilo, envolvidas numa rede fina e com fitilho ou cordel para poderem ser retiradas com facilidade. Em qualquer dos casos era sempre aconselhada uma irrigação ou lavagem após o coito, existindo inúmeras receitas que tinham por base produtos anti-sépticos. Os pessários solúveis ou óvulos vaginais, se se vendiam nas farmácias, podiam igualmente ser feitos em casa com base em manteiga de cacau e gelatina-glicerina. Finalmente, o fossete uterófilo, «última descoberta», de preço elevado, mas de grande segurança e comodidade: fabricado com meteorite, metal muito leve, tinha a forma de um cogumelo de superfície côncava, de espessura variável, consoante o número de filhos que a mulher já tivesse, e que, colocado imediatamente após a menstruação, era eficaz para todo um mês. Segundo alguns, podia também ser feito de borracha.

⁴¹ Para já não referir métodos mais radicais, como a esterilização voluntária, praticada em França entre os militantes anarquistas, mas de que não detectámos vestígios em Portugal.

⁴² Excepto na opinião dos grupos operários neomalthusianos franceses, que preferiram o emprego da camisa-de-vénus. (Ver *Procriação Consciente*.)

⁴³ A. Mendes Assunção, *op. cit.*, p. 43.

⁴⁴ Como ensina Nobre Cid aos jovens que lhe escrevem.

os pedidos eram satisfeitos pelo próprio jornal ao câmbio do dia ⁴⁵. Razão por que, embora quase unanimemente considerado como nocivo à saúde física e psíquica, o *coitus interruptus* nunca foi cabalmente condenado: meio simples, não acarretando despesa alguma, seria talvez o mais adoptado pelos trabalhadores ⁴⁶.

O outro método natural proposto — excluída a abstinência, como já se viu — assentava num pressuposto errado: a mulher era, dizia-se, mais propícia a ser fecundada no período menstrual e dias próximos; motivo por que, praticada a cópula em dias afastados desse intervalo, a possibilidade de engravidar seria remota... Curiosamente, afirmava-se que o método, embora possuísse alguns inconvenientes, dava resultados comprovados!

Por último, o aborto. Recusado pelos neomalthusianos como meio de evitar os filhos não desejados, a sua condenação baseava-se, não no facto de o óvulo fecundado ser destruído («essa ínfima porção de matéria — pequeno esboço de um desgraçado que ia nascer»), mas no perigo e sofrimento que constituía para a mulher ⁴⁷. Apenas Egas Moniz o condena porque significaria a destruição de um produto fecundado; mas já sabemos como ele se afastava dos nossos neomalthusianos. Quanto aos abortivos, não parece serem condenados; Nobre Cid, por exemplo, fornece receitas de emenagogos que na prática são abortivos.

A natureza libertadora do neomalthusianismo teórico manifesta-se de igual modo nas práticas defendidas ou condenadas. Com alguns limites, contudo, derivados do forte papel de barreira jogado pelas ideias falsas muito generalizadas. São elas que explicam, melhor que o nível dos conhecimentos científicos, que, por exemplo, o onanismo seja condenado em nome da saúde.

2.3 O NEOMALTHUSIANISMO NO ESPECTRO LIBERTÁRIO

Para melhor identificarmos a corrente neomalthusiana em Portugal somos forçados a fazer uma rápida incursão nos meandros do anarquismo português, para podermos situar o lugar que nele ocupam os neomalthusianos e o tipo de relações que se estabelecem com outros grupos e tendências.

É habitual definir as três correntes ideológicas do anarquismo da época sob as designações de anarco-sindicalismo, anarco-comunismo e individualismo. Se é certo que a nitidez desta classificação corresponde com algum rigor à situação francesa, ela deve já ser tomada com precauções e mais como esquema de análise que como retrato de uma realidade para os outros países. Contudo, tendo em conta a influência marcante do anarquismo francês em Portugal, é ainda dela que nos vamos servir para tentar situar o neomalthusianismo, até agora obscurecido — como outras correntes menores — pela predominância do sindicalismo.

Até ao 5 de Outubro, a efervescente nebulosa anarquista dos primeiros anos do século apresenta-se dividida, é certo, mas demonstrando grande capacidade de iniciativa e autonomia, bem como uma relativa boa convivência entre todas as partes, e sem que nenhuma das tácticas, das opções, prevaleça sobre as restantes ⁴⁸. Porém, caída a Monarquia e criada uma dinâmica de reivindicação operária que exigia muitos esforços militantes, o resultado vai ser que o sindicalismo absorverá a maior parte das energias dos militantes libertários, não tanto

⁴⁵ Para dar uma ideia da carestia dos produtos anticoncepcionais, retenha-se que, em 1914, uma caixa de (28) velas de Erbon custava o equivalente a 5 kg de carne de vaca ou a 6 dúzias de ovos!

⁴⁶ Augusto de Castro, *Como Evitar a Procreação (A Esterilidade Voluntária)*, Lisboa, Livraria Editora João Carneiro, s. d., 99 pp. O autor põe em relevo o facto de a burguesia utilizar o Condom para evitar os filhos, enquanto os trabalhadores praticavam o coito interrompido (p. 55).

⁴⁷ Ver, por exemplo, Teixeira Júnior, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁸ É sobretudo conhecida a divisão, a partir de 1900, entre anarquistas «puritanos» e «intervencionistas» perante a questão do apoio a dar à queda da Monarquia.

por escolha formal deliberada, mas talvez mais pelas urgências da hora e por reacção de solidariedade. Não encontramos em Portugal uma raiz doutrinária do tipo da do sindicalismo revolucionário francês ou do anarco-sindicalismo espanhol. Existe antes um certo consenso sobre um meio táctico indispensável⁴⁹.

Mas, a par desta dominância sindicalista, manter-se-á sempre um sector que representa uma certa ortodoxia de um anarquismo operário que geralmente adopta as formulações de Malatesta, tanto no que respeita às relações anarquismo-sindicalismo, como perante a guerra europeia, como ainda perante as questões da violência e da revolução. Tal sector é representado na imprensa pelos jornais portuenses *A Aurora* e, depois, *A Comuna* e pela revista lisboeta *A Sementeira*. Se tivéssemos de definir esta corrente numa única frase, talvez escolhêssemos esta: «Façamos educação e sindicatos, mas com a Ideia Anárquica à frente e acima de tudo.»

Uma outra corrente coexiste com esta, pelo menos até ao sidonismo. Dá muitas vezes pela designação de «comunista-anarquista» (que os anteriores não repudiariam), mas a qualificação que melhor lhe assentaria seria talvez a de *revolucionária*, no sentido mais literal do termo. Isto porque se trata de um sector de militantes que vêm do intervencionismo republicano, carbonário, e se distinguem pela virulência da sua oposição aos tribunais da República, pela solidariedade para com os republicanos radicais (por exemplo, do golpe de 27 de Abril de 1913) e pela activa propagação antimilitarista, indo desembocar mais tarde entre os aderentes ao bolchevismo⁵⁰.

E individualistas? Havia-os em Portugal? Embora também eles muito pouco conhecidos hoje, a resposta tem de ser afirmativa e assenta em provas documentais tão evidentes como as de um rol de jornais que vão d'*A Acção*, de 1909, até a *Anarquia*, de 1919.

Nós diríamos mesmo que, numa classificação analítica, podemos distinguir uma grande variedade de individualistas, entre os quais se encontram certamente os nossos neomalthusianos:

- a) Temos, por exemplo, os *intelectuais*, espécie que vai rareando depois de 1910, no sentido de constituírem um pólo de desenvolvimento autónomo na nebulosa do anarquismo, mas que nos primeiros anos do século podem apresentar um património publicado importante, onde se incluem as revistas *Amor e Liberdade* (Lisboa, 1904), *Luz e Vida* (Porto, 1905), *Novos Horizontes* (Lisboa, 1906-08), *Nova Silva* (Porto, 1907), *Amanhã* (Lisboa, 1909), *Lúmen* (Lisboa, 1911-13), ou *A Ideia Livre* (Porto, 1911-16);
- b) Temos igualmente os *educacionistas*, legião de assinaláveis proporções onde cabem os teóricos, como Adolfo Lima, César Porto ou Faria de Vasconcelos, os militantes, como Deolinda Lopes Vieira, Lucinda Tavares, António Manaças ou Virgílio Santos, e sobretudo as escolas e bibliotecas fundadas e mantidas por grupos anarquistas, directamente ou pela via de associações operárias, que não é aqui o lugar de enumerar;
- c) Temos também os especialmente dedicados ao *antimilitarismo*, que já identificámos muitas vezes paredes meias com o neomalthusianismo.

⁴⁹ Ver, por exemplo, a conhecida proclamação do Comité de Propaganda Sindicalista do Porto de fins de 1910 e a tese «Sindicalismo e anarquismo» aprovada no Congresso Anarquista de Novembro de 1911, em Lisboa.

⁵⁰ Esta corrente exprime-se nomeadamente pelos jornais *A Revolta*, *O Rebelde*, *O Agitador* (de Chaves!) e *Comuna Livre*, anima a Federação Anarquista da Região Sul, a União Anarquista-Comunista e a Aliança Anarquista e tem como propagandista mais conhecido Bartolomeu Constantino.

- É o caso dos grupos de Carnaxide e Algés e o das preocupações activistas de Silva Júnior e de alguns outros;
- d) Temos igualmente um pequeno grupo de adeptos das *experiências de vida comunitária*, de que o propagador mais conhecido ficou sendo Gonçalves Correia;
 - e) Temos ainda os *esperantistas*, de importância não negligenciável. Logo após o aparecimento entre nós da primeira publicação esperantista, *Portugala Revuo* (Porto, 1909), o já nosso conhecido Grupo Novos Horizontes, de Algés, lança a revista *Universal*, na língua de Zamenhof, numa actividade multifacetada que se desdobra em direcção aos pequenos camponeses da zona, aos jovens recrutas, às mulheres, etc.;
 - f) Temos, finalmente, os *naturistas*, entre os quais é grande a influência de Tolstói e do francês Zisly, com a sua revista *Vie Naturelle*, e que apresentam grandes pontos de contacto, e por vezes mesmo de comunhão, com os neomalthusianos. Ângelo Jorge é decerto um precursor. Mas, se Celso Ferreira Xavier («um apóstolo do naturismo») pode escrever, em 1913, que «o naturismo é a mais perfeita das escolas anarquistas», as iniciativas especificamente libertárias neste campo aparecem mais tarde, após a guerra e o 1.º Congresso Vegetariano e Naturista da Península, realizado em Lisboa, em 1919. Entre outros, podem citar-se o Grupo Naturista Libertário, o Grupo Filhos do Sol e o Grupo Naturista «Os Puritanos», não esquecendo referir a importante Associação Anti-Alcoólica Operária, que tinha sede no próprio edifício da CGT e d'A Batalha.

O neomalthusianismo constitui também, sem dúvida alguma, uma destas correntes de pendor individualizante, mais até pelas consequências das práticas propostas do que propriamente por preceito ideológico. Corrente perfeitamente individualizada, com os seus jornais e militantes próprios, ela avizinha-se bastante do antimilitarismo (com o qual partilha a convicção de que mais proletários significa mais «carne para canhão») e também do naturismo, pois que em ambas as perspectivas se faz um apelo ao esforço de aperfeiçoamento individual, que tem por inimigos os hábitos e os preconceitos, e não algo que está para além do domínio individual — como o socialismo ou a revolução social. Contudo, esta vizinhança era também dificultada por algum puritanismo e misticismo reinante entre os naturistas libertários, ao contrário do racionalismo e da superação dos tabus sexuais de que davam mostras os neomalthusianos.

É claro que estas diferentes expressões de individualismo libertário não só não se excluíam mutuamente, como apareciam por vezes mesmo confundidas. Também certos pressupostos ideológicos lhes são comuns, bem como às outras correntes maiores. Por isso vemos naturalmente confluírem em iniciativas tipicamente individualistas, como sejam as educacionais ou o esperantismo, convictos sindicalistas ou ardentes *revolucionários*. Em Portugal, praticamente todo o espectro libertário está de acordo com as escolas «racionalistas» ou «modernas», segundo o modelo de Ferrer⁵¹. Também no que respeita aos sindicatos, poucas objecções surgiram entre os anarquistas portugueses — ao contrário do que acontecia em França, e mesmo na Itália⁵². Porém, a inversa nem sempre era verdadeira e, por exemplo, os neomalthusianos nunca conseguiram verdadeiramente convencer os sindicalistas do bom fundamento das suas

⁵¹ A referência à figura do pedagogo libertário e mação Francisco Ferrer y Guardia (mais do que às suas teses) foi outro dos pontos de aproximação entre anarquistas e republicanos.

⁵² Se o individualismo anti-sindicalista francês teve características mais intelectualizantes e violentas, o italiano foi diferente e de raiz mais proletária.

teorias, ao passo que, em França, a adesão de um certo número de militantes sindicais proporcionou ao neomalthusianismo uma difusão multiplicada.

Mas, se a convivência entre todos foi, no geral, aceitável — porque radicava num pluralismo intrínseco ao pensamento libertário —, os desacordos aparecem importantes entre estas diversas correntes e subcorrentes, desacordos que se estribam em razões de fundo uns, de prioridade táctica outros. Por exemplo, a questão da violência separa brutalmente naturistas e tolstoianos, por um lado, e os partidários do direito à revolta e à insurreição imediata, por outro. No acordo geral contra o militarismo inscreve-se a divergência dos meios a empregar. E nos naturistas cavam-se lógicas divisões entre os que nele vêem uma simples higiene de vida e aqueles outros que abrem a porta a um puritanismo ríspido e mesmo a um anticientismo que parece conduzir directamente ao teosofismo e a outros espiritualismos.

E não esqueçamos que a própria doutrina neomalthusiana esteve longe de fazer a unanimidade entre os teóricos anarquistas. Reclus e Kropótkine eram antineomalthusianos. Sébastien Faure, inicialmente em oposição, passou depois a apoiá-lo activamente. Em Portugal aconteceu o mesmo e, se a maior parte dos anarquistas proeminentes não hostilizaram o neomalthusianismo, também evitaram apoiá-lo. É sintomático, por exemplo, que nenhum dos congressos ou conferências anarquistas se tenha debruçado sobre o assunto.

As querelas ideológicas juntam-se, por vezes, as incompatibilidades pessoais. José Teixeira Júnior e, sobretudo, Silva Júnior terão estado com frequência envolvidos em desavenças deste tipo. Em 1909, por exemplo, este último convida, nas páginas da sua revista, os «canalhas» que o haviam acusado de «bufo» a provarem o que dizem. O afastamento do primeiro d'*O Agitador* deve-se a motivo de doença, mas «agravado pelas calúnias que certos rufões lhe têm levantado». E, no Verão de 1911, as relações não eram as melhores entre *O Agitador* e Silva Júnior, o qual parece ir resvalando para o individualismo enraivecido à maneira de Libertad⁵³, pois logo nessa altura ele tenta lançar um jornal cujo título é, significativamente, *O Nilista*.

De tudo isto resulta que o individualismo foi, igualmente em Portugal, uma das expressões do movimento anarquista, de que o neomalthusianismo constituiu também uma variedade. Com as particularidades, todavia, que aqui se procuraram sumariamente indicar: sobreposições, cavalgamentos, divisões — mas muito raramente exclusivismos e rupturas insanáveis.

Contudo, vale a pena assinalar um caso que representa a *degenerescência e desagregação do individualismo dogmático*. Trata-se do percurso pessoal de José Franco e do jornal *Refratários*. O primeiro foi um militante anarquista algarvio, activo desde 1904 ou 1905, que passa por todas as experiências organizativas e propagandísticas dos anarquistas após a República, encaminhando-se pouco a pouco para essa forma de individualismo a que chamam então «eclético». Em 1918 publica em Setúbal *O Indivíduo Livre* e em 1919, em Lisboa, *A Anarquia* — tudo iniciativas que morrem à nascença. Pois este José Franco parece encontrar ajudas na capital nortenha, a tal ponto que em fins de 1921 lança aí um jornal «para vingar», intitulado *Refratários*, que se define como «quinzenário individualista eclético, fora da lei de deus e da lei dos homens». Conta à partida com a promessa de colaboração dos franceses Zisly e Lorulot e de portugueses como Cristiano de Carvalho e Luciano Silva (animador da Associação Anti-Alcoólica Operária) e promete tratar as «questões do dia: o problema naturista, o neomalthusianismo, o teatro, a arte e a literatura».

Porém, a lógica desta trajectória leva os homens do *Refratários* a abrirem as hostilidades contra o tradicional anarquismo operário nortenho. A denúncia

⁵³ Animador do jornal *L'Anarchie* e líder do individualismo radical que influenciou decisivamente o «desvio apache».

internacional d'*A Comuna* como sendo traidora à classe operária(!) segue-se rapidamente o discurso mais provocatório e a violência verbal mais descabelada, que, num repente, isolam e fazem desaparecer estes ultras. Não precisaram de muito *A Comuna* e os anarquistas portugueses para se desembaraçarem destes acusadores, e os argumentos utilizados dum parte e doutra ilustram o percurso degenerativo deste tipo de radicalismo. De passagem assinala-se que *Refratários* nunca chegou a falar de neomalthusianismo... e quanto à literatura... deixamos outros pronunciarem-se.

2.4 UMA OUTRA FORMA DE DIVULGAR O NEOMALTHUSIANISMO

Achamos sempre mau caminho mostrar as excelências dum ideal sem indicar a forma viável de o conseguir.

(Nobre Cid, em *O Agitador* de 6 de Agosto de 1911)

Até então privilégio de burgueses, que possuíam o conhecimento e o dinheiro necessário, os processos anticonceptivos conheceram neste período uma grande divulgação, em grande parte devida ao empenhamento e à concepção prática dos neomalthusianos; estes, para além de incluírem regularmente receitas caseiras de preservativos da gravidez, publicam (no caso dos jornais) enormes listas de variadíssimos produtos com indicações sobre a sua maior ou menor eficácia, anunciando a sua venda na redacção, em alguma farmácia ou através do correio para todo o País.

Como já vimos, eram farmacêuticos, na sua maioria, os mentores do neomalthusianismo. Do facto se serviram alguns dos detractores das novas práticas, acusando de mero oportunismo a sua militância. Acusação que teria algum fundo de verdade: há uma grande procura de produtos, muitos são da sua autoria e há farmácias que são suas agentes!⁵⁴

Mas a propaganda das novas práticas foi também feita fora do meio militante e abrangendo desse modo um público mais vasto, sem que o termo *neomalthusianismo* surgisse uma única vez. Referimo-nos aos constantes, variados e, por vezes, enormes anúncios de anticonceptivos em jornais de grande circulação como *O Mundo*, *República*, *O Intransigente*, *O Primeiro de Janeiro* ou mesmo *O Socialista*.

É uma outra maneira de divulgar o neomalthusianismo, quiçá mais eficaz porque mais directa e, em simultâneo, mais subtil, sem qualquer preocupação de ordem teórica. As senhoras ou os casais querem evitar ter filhos? Pretendem o amor e a segurança ao mesmo tempo? Compreem as velas x ou os pessários y. Mas, dado que o problema da moralidade existe, é necessário desculpabilizar os clientes. Deste modo, as farmácias editam livrinhos, que distribuem gratuitamente, onde é debatida a questão moral «em que muitos colocam a propaganda deste preparado, tratando do facto de se pensar na sua proibição, frisando e fazendo notar os crimes, os remorsos e os perigos que evitam com o seu uso, as doenças contagiosas que impedem [...]» e onde, por fim, naturalmente, divulgam as excelências do seu preparado. Estas brochuras conheceram um êxito considerável, como provam, por exemplo, as quatro edições que em menos de dois anos conheceu o livro *Efeitos, Causas e Vantagens das Velas d'Erbon*⁵⁵.

⁵⁴ Nobre Cid afirma, no *Germinal* de 23 de Novembro de 1912, a propósito da denúncia d'*O Socialista*: «A Farmácia Nobre & Martins é nossa agente. Como tal, defendemo-la, apesar de poderem exercer mercantilismo com a droga» (tratava-se das conhecidas velas de Erbon).

⁵⁵ Temos notícia de uma 1.ª edição em Novembro de 1912, tendo saído a 4.ª em Outubro de 1914.

Indicador da grande procura, se não dos produtos, da informação sobre o seu funcionamento. Por outro lado, os anúncios eram caros, como se queixava em 1910 uma farmácia, o que não impedia que a publicidade destes produtos fosse muito importante.

Os principais produtos anunciados, pela permanência e tamanho da publicidade, foram as velas de Erbon, da Farmácia Nobre & Martins, e os pessários solúveis Zédol, à venda na Farmácia Silva & Carmo, ambas em Lisboa. Junto anunciavam outros processos, principalmente abortivos. Apesar de os produtos Erbon afirmarem que se vendiam em Portugal desde 1908 e os Zédol a partir de 1905⁵⁶, detectámo-los apenas em 1912. Mas não eram os únicos: a procura fez surgir outros anticonceptivos, concorrentes dos dois principais, que se viram na necessidade de acautelar os seus clientes contra as «falsificações»: eram as pessarinhas solúveis, as velas de Condom, os óvulos higiénicos do Dr. Calvert, os glóbulos Ocsarracsaid..., produzidos sempre segundo fórmula francesa, inglesa ou alemã, como diziam os seus vendedores!

É bem clara, de facto, a preocupação em avaliar os produtos que propõem, seja através da sua origem estrangeira (não qualquer uma, mas daqueles países onde se diz ser a limitação dos nascimentos praticada há alguns anos), seja pela referência à intervenção de «distintos médicos portugueses e estrangeiros» na elaboração do respectivo anticoncepcional. Truque publicitário em muitos casos: repare-se no nome das famosas velas de Erbon, «fórmula francesa» de largo consumo na Alemanha e em França, vendidas pela Farmácia Nobre & Martins – Erbon, que «soa» a palavra estrangeira, é o anagrama Nobre... Processo semelhante foi seguido também em Espanha: *Nueva Huelga de Vientres* (1916) anunciava as infalíveis «pastilhas Malthus»!

É na medida em que o objectivo do anúncio é captar clientes que a análise da sua morfologia se pode revelar significativa ao permitir detectar os «pontos sensíveis» da população urbana. As palavras-chave destes anúncios eram:

No que diz respeito aos destinatários: «A todos os casados», «Aos homens casados», «Esclarecimento aos casados» ou simplesmente «Aos casados» é a formulação preferida. Por vezes, muito raramente, dirigem-se «As senhoras que não queiram ter filhos» ou «As senhoras casadas».

Para que servem os produtos? As indicações fornecidas não deixam de ser curiosamente sintomáticas, por um lado, do seu objectivo principal – evitar a procriação com segurança – e, por outro, dos motivos que conduzem a essa precaução – dificuldades económicas, doenças venéreas, etc. Senão vejamos: «Interessa a todos. A vida está caríssima e os filhos não causam senão desgostos»; «Para evitar a procriação»; «A segurança no amor»; «Felicidade conjugal, harmonia no lar, carestia de vida»; «Amor e higiene»; «Antifecundativo, anticontagioso, estético», etc. No caso dos abortivos é-se mais subtil: «Menstruações irregulares, ou mesmo falta curam-se com ...» era como rezavam esses anúncios.

As qualidades de profilácticos de doenças venéreas destes produtos não deixam de estar presentes, como se verifica. Sinal bem evidente da origem de muitos dos anticonceptivos, para a qual Philippe Ariès chamou a atenção⁵⁷.

As vantagens do processo a utilizar são igualmente apontadas, recaindo a tónica na sua eficácia (são infalíveis, dizem uns; foram introduzidos no País há x anos sem uma única falha, afirmam outros). A natureza benigna e prática é da mesma maneira realçada no intuito de captar os mais renitentes: «inofensivas», as velas de Erbon, «mais pequenas do que uma azeitona, são imperceptíveis, não incomodam absolutamente nada» e não prejudicam o organismo.

⁵⁶ É possível que seja verdade no caso dos produtos Zédol. Já antes de 1910, a Farmácia Silva, na Calçada de Santo André, em Lisboa, vendia anticonceptivos, como vem anunciado no livro do Dr. Brennus *Acto Breve*. Ora os produtos Zédol, publicitados nos grandes diários, são vendidos por Silva & Carmo, Calçada de Santo André, 16, Lisboa (ou simplesmente por António Silva).

⁵⁷ Ver Ph. Ariès, «Les techniques de la vie», in *op. cit.*

O segredo na entrega dos produtos, para que os «outros» desconheçam que a família *x* os consome, é igualmente assegurado pelas farmácias. Para tal basta enviar mais 50 ou 60 réis, e a embalagem não conterà sinal algum do que leva dentro...

Não se furtam a advertências estes farmacêuticos, cujos produtos, absolutamente garantidos, são bem mais caros do que as receitas caseiras: «Que ninguém se fie em baratezas em preparados deste género, que podem sair caríssimos» e provocar desgostos e desilusões!

Finalmente, encontramos nestes interessantes anúncios — que, passados uns vinte anos, serão impensáveis e impraticáveis — a rede de vendas comerciais que se foi formando. Se, em 1912, por exemplo, os pedidos tinham de ser feitos para Lisboa, em 1913, as Farmácias Silva & Carmo e Nobre & Martins possuíam já agentes espalhados pelo País. Enquanto a primeira, mais modesta, se estende apenas ao Porto, e só em 1914 a Évora, a segunda abarcava, além das cidades precedentes, as localidades seguintes: Braga, Viseu, Ovar, Covilhã, Figueira da Foz, Coimbra, Tomar, Torres Vedras, Portalegre, Lagos e ainda Ponta Delgada, nos Açores! (além de, segundo declara, exportar em grandes quantidades para o Brasil e as colónias).

Esta propaganda, bem presente e visível em diversos jornais, mas, apesar de tudo, cuidadosa, sem preocupação alguma de justificação, embora a ela possam ter estado associados os neomalthusianos militantes, foi uma importante arma na divulgação das práticas anticonceptivas entre a população urbana⁵⁸. Apesar de, como afirmavam os próprios, o seu «colossal consumo» ser quase todo consequência da propaganda individual dos seus utilizadores. Tipo de difusão que constituiu ainda uma outra forma de divulgar o neomalthusianismo.

3. AS OPOSIÇÕES, AS CONVERGÊNCIAS E OS SILÊNCIOS

3.1 UMA HISTÓRIA CURTA

Toda a acção da difusão das doutrinas neomalthusianas em Portugal se pode considerar concentrada num arco de tempo relativamente breve, embora de rápidas mudanças. Ela estende-se de 1902 — e, em rigor, com alguma eficácia pública, só a partir de 1905 ou 1906 — até 1913, ou pouco além.

Acresce que o movimento é, se não descontínuo, pelo menos desigual na dinâmica que foi capaz de adquirir. A um forte arranque inicial, como já vimos centrado sobretudo no Norte do País, segue-se um enfraquecimento nos anos de 1907-08, para voltar a um crescendo a partir de 1909, agora já apoiado nas suas bases do Sul.

A instauração da República vem claramente proporcionar um revigoreamento da propaganda. Por exemplo, a publicidade de editores dedicados a obras de divulgação sexual só então pode fazer-se sem entraves legais. Porém, rapidamente surgiram medidas governamentais a limitar a acção dos militanismos mais radicais. À lei de imprensa promulgada ainda em 1910 segue-se uma lei contra a pornografia, biés por onde muitas vezes se procurou atacar o neomalthusianismo. Logo em 1911, a brochura *Mulheres, não Procreéis!* sofre embaraços por parte das autoridades e o seu autor chega a ser detido. E ainda no mesmo

⁵⁸ Como afirmará M. Rodrigues Ferro, em 1927, no 1.º Congresso de Farmácia, trata-se de «uma propaganda muitas vezes surda, mas certa, feita em jornais, revistas e folhetos [e que se] tem estendido a todas as camadas sociais».

ano, como já vimos, *O Agitador* sofre os rigores da legislação republicana⁵⁹.

Está então lançada uma certa dinâmica de repressão-mobilização, que vem a atingir o seu auge com a governação afonsista em 1913. Já o Governo Duarte Leite, em 1912, endurecera a legislação, tendo especialmente em vista a propaganda antimilitarista, que, como vimos, coabita bem próximo com o neomalthusianismo. E, por outro lado, é nesta altura que, pelo menos em Lisboa, a publicidade comercial anticonceptiva se espalha com mais largueza na imprensa de grande circulação. Tudo isto faz com que o neomalthusianismo comece, de facto, a preocupar certos espíritos. Na sessão parlamentar de 22 de Abril de 1913, o deputado (médico) Nunes Godinho reclama contra este estado de coisas, com o que concorda Afonso Costa, citando embora a «colaboração» dada por certos médicos e terminando por afirmar que o Governo vai intervir contra tal «lepra».

Temos de referir que o Código Penal então em vigor é o de 1886, que, no seu artigo 258.º, pune a prática do aborto com penas que podem ir até 8 anos de prisão maior celular. Porém, o aparelho legislativo do Estado parece desarmado perante estes novos métodos, que encontram êxito seguro numa certa população urbana.

Em 2 de Junho do mesmo ano, no apertado finalizar da legislatura, o ministro do Interior, Rodrigo Rodrigues, apresenta uma proposta de lei contra a difusão do neomalthusianismo e das práticas e produtos anticoncepcionais, podendo as penas ir até 2 anos de prisão correcional.

Refira-se, porém, que as oposições explícitas e coercivas à propaganda neomalthusiana não vieram todas do Estado. Certos moralistas — em alguns aspectos, até vizinhos dos nossos militantes neomalthusianos — põem de pé, em meados de 1913, uma Liga Portuguesa da Moralidade Pública, a qual se propõe, entre outros objectivos, «a protecção à mulher, à criança e aos animais, o limite do número de tabernas» e pretende extinguir «o jogo [...] a prostituição [...] a propaganda e práticas neomalthusianas, a pornografia, a pena de morte, o alcoolismo e o tabagismo, a guerra, os combates de boxe, o duelo, a tourada», etc. A Liga propunha-se, nomeadamente, activar «comités de vigilância» em todas as localidades do País para reprimir aquelas actividades, «em constante comunicação com o Comité Central em Lisboa».

A não aprovação da proposta de lei de R. Rodrigues, mas, simultaneamente, o silenciar da voz dos neomalthusianos devem-se a razões mais gerais e que têm a ver com a conjuntura política. De facto, o Verão de 1913, com a prisão de inúmeros activistas e operários, com o descrédito lançado para as suas costas de conspiração anti-republicana e com a exploração sensacionalista da violência bombista, terá constituído um rude golpe na agitação social, que ameaçava tornar-se incontrollável pelo poder político. Dir-se-á que esta vitória de Afonso Costa foi uma vitória de Pirro, mas ela quebrou objectivamente uma dinâmica ofensiva. Enquanto o movimento sindical prefere fazer uma pausa na sua agitação, reflectir sobre o momento vivido e reorganizar as suas forças (congresso de Tomar), além de ajudar a libertar os seus presos, a acção anarquista, por seu lado, é particularmente afectada: Quartim expulso para o Brasil e o jornal *Terra Livre* silenciado; a Federação Anarquista da Região Sul fica desmembrada e o seu animador, Bartolomeu Constantino, tem de se afastar da capital, deambulando por Trás-os-Montes e mesmo por Espanha; em particular, a propaganda neomalthusiana cessou, na forma pública, militante e proselitista que assumira naqueles anos.

⁵⁹ No jornal *O Porto* de 10 de Setembro de 1911, um «adepto do neomalthusianismo», em resposta a um artigo atacando a sua doutrina, refere «o conspícuo governador civil do distrito, que chegou a querer opor-se à propaganda dos produtos neomalthusianos».

E, como se esta travagem repressiva não bastasse, o ano de 1914 traz a guerra europeia, que vem dividir o movimento anarquista, como dividiu o movimento operário. A tímida tentativa de reorganização induzida pelo Congresso Anarquista Internacional, marcado para Agosto em Inglaterra, e pela conveniência de aí enviar uma delegação rapidamente se esboroa. E as notícias das reviravoltas espectaculares (nomeadamente do até então virulento antimilitarista Hervé), ou as confirmações de opiniões em que não se fazia fé (a racionalidade — mesmo discutível — da escolha de Kropótkine), vieram certamente contribuir para a instauração de um clima de desânimo nos desorganizados meios libertários portugueses. Exemplo sintomático: José Teixeira Júnior escreve em Setembro de 1914, n' *A Humanidade*:

Sou adversário declarado da guerra [...] mas aplaudo e bendigo o gesto de Hervé, alistando-se. [...] Joga-se o futuro das liberdades [...]

3.2 O MOVIMENTO OPERÁRIO

A atitude dos jornais sindicalistas é de reticência perante uma doutrina que vinha, pela sua origem, qualificada de burguesa e de anti-socialista. Tal é a conclusão que se pode tirar da leitura de jornais como *A Greve*, *O Sindicalista* ou, mais tarde, *A Batalha*.

É mesmo nas páginas d' *O Sindicalista*, em 1911, que o militante libertário José Carlos de Sousa escreve uma série de artigos intitulados «A lei da população», onde, não se pronunciando propriamente sobre o neomalthusianismo propagado por companheiros seus, se emprega, no entanto, a refutar a lei de Malthus, com base na argumentação socialista que lhe vem do seu bom domínio da economia política.

Apesar destas distâncias, esse e outros jornais do mesmo tipo aceitam veicular uma discreta informação bibliográfica neomalthusiana. É lógico supor que uma idêntica atitude fosse tomada pela maioria dos jornais corporativos de orientação sindicalista: evitar entrar num assunto perante o qual a militância tem opiniões diversas, sobretudo de fundo ideológico e de oportunidade tática, mas abertura e liberdade para os neomalthusianos espalharem as suas ideias e venderem a sua literatura nas sedes sindicais.

O caso especial da Associação de Classe do Pessoal dos Hospitais Cívicos Portugueses merece ser referido, pois que existe uma grande ligação entre ela e o jornal *A Humanidade* (a que adiante nos referimos mais em detalhe), formando uma bolsa relativamente marginal ao sindicalismo propriamente operário, onde podem actuar à vontade enfermeiros, farmacêuticos e mesmo médicos e onde o neomalthusianismo desfruta de plenos direitos de cidadania.

Finalmente, esclareça-se que — testemunho desta marginalização no seio do movimento operário — nunca as teses neomalthusianas tiveram a oportunidade de ser levadas a um congresso sindical, enquanto temas como os da educação, do alcoolismo e mesmo do esperantismo aí tiveram assento diversas vezes.

3.3 OS SOCIALISTAS

Tem sido talvez injustamente menosprezada a presença socialista no movimento operário do princípio do século. Pelo menos até à Revolução Russa, os socialistas mantiveram-se com uma certa base operária, que importa não esquecer.

Ora a atitude dos socialistas tinha de ser, doutrinariamente, da mesma reserva que a dos sindicalistas perante o problema posto pelos neomalthusianos. Mas vão mais longe. Investindo uma boa parte da sua energia jornalística

no combate à prostituição e às tabernas, apontam como solução para o problema das crianças abandonadas uma acção estatal de protecção à infância, que estava de facto sendo incrementada pelos governos republicanos. Enquanto isto, para com os neomalthusianos chegam a empregar a denúncia: «Há quem anuncie drogas para não ter filhos e a autoridade consente que essas drogas se vendam. Em compensação, são punidas com o peso da lei as desgraçadas mães que provocuem um aborto», reza *O Socialista* de 9 de Novembro de 1912, escarrapachando o nome da prevaricadora, Farmácia Nobre & Martins, com todas as letras. E termina: «Isto é vergonhoso, imoral e perigoso»: referia-se, muito directamente, ao facto de as mulheres «poderem desafrontadamente praticar o coito sem o mínimo perigo de conceber!».

Explodiam naturalmente os anarquistas com tomadas de posição deste tipo. Contudo, quando se precisa a ameaça governamental da legislação repressiva, Dias da Silva pode escrever no mesmo jornal que tal proposta de lei era... «um aborto», justificando pela miséria da condição operária os que pregam o neomalthusianismo.

Para além dos oportunismos e das oportunidades tácticas, a divergência era de fundo claramente doutrinal, como aparece em artigos mais pausados (e por vezes até compreensivos) n' *O Trabalho*, nomeadamente de César Nogueira e João Gil ⁶⁰.

3.4 OS REPUBLICANOS

A atitude dos republicanos sobre o neomalthusianismo pode ser apreciada, rapidamente, a vários níveis: o da acção governativa, que já citámos; o das relações organizativas, onde havia alguma convergência entre eles e os libertários; e o da imprensa de grande tiragem afecta aos principais partidos.

Principiando por esta última, deve assinalar-se, antes de mais, o comportamento, dúplice e revelador, de muitos jornais condenarem tais práticas na primeira página e aceitarem publicidade comercial dos produtos anticonceptivos na última!

Para além desta semelhança, algumas diferenças se insinuam entre eles. *O Mundo*, por exemplo, exulta, a propósito dos resultados do censo de 1911, com as «excelentes condições de vitalidade» da raça portuguesa, e em especial com o número de varões que podem servir no Exército e podem votar! *A Lucta*, por seu lado, é mais ríspida para com os apóstolos do neomalthusianismo: respondendo aos artigos de Gaspar Santos no *Terra Livre*, escreve que «um filósofo desconhecido aconselha as mulheres a que gozem a vida, a que se saciem de prazeres, evitando a maçada de ter filhos, o que tortura a vida e faz perder a beleza. Que pena não terem as mães de tais filósofos aprendido a evitar a procriação, porque ao menos nós estávamos livres deles!» ⁶¹.

Um pouco mais compreensivos se mostram articulistas da *República* e d' *O Século*, quando comentam as posições do Prof. Egas Moniz ou analisam a demografia portuguesa. É mesmo com visível prazer que o primeiro relata o debate parlamentar citado:

Bem se vê que o Sr. Afonso Costa se prepara para ler também depois de morto o livro que ao assunto dedicou o seu correligionário Sr. Ângelo Vaz, que na Câmara dos Deputados é um dos representantes dos democráticos portuenses. Ou então o Sr. Ângelo Vaz renega o seu livro [...] ⁶²

⁶⁰ Respectivamente em 25 de Agosto e 20 de Outubro de 1907.

⁶¹ *A Lucta* de 13 de Abril de 1913.

⁶² *República* de 24 de Abril de 1913.

Pelo lado dos republicanos radicais, enquanto *O Intransigente* observa um curioso silêncio opinativo, atendo-se a uma estrita informação, nas páginas d'*O Revolucionário* podem encontrar-se opiniões contraditórias: a do colaborador habitual D. Magriço, que, verberando os comerciantes «que não receariam vender a mãe», considera que «o lar onde há uma mulher estéril [é] uma mancha hedionda»; e a de um leitor de Barcarena que o acusa de não ver «o estado desgraçado e miserável que o operário português atravessa», ao que o primeiro replica que «a Pátria precisa de energias que lhe são roubadas com antiprocriativos»⁶³.

Passando agora a outro nível, referimos o caso da Associação do Registo Civil e da Federação do Livre Pensamento, onde não poucos libertários militaram, antes e mesmo depois de 5 de Outubro. Pois neste terreno de colaboração liberal libertária, onde os principais inimigos eram o obscurantismo e a igreja católica, nem uma iniciativa parece ter tido lugar em apoio da ideia neomalthusiana. Verdade seja que também não há mostras de qualquer hostilidade. O jornal *O Livre Pensamento* guarda silêncio absoluto sobre a questão durante toda a sua vida (até 1926), conquanto apresente numerosos textos de factura anárquica⁶⁴.

3.5 AS FEMINISTAS

Registemos sumariamente o facto de ser o feminismo um dos temas mais tratados na imprensa desta época. Existem periódicos (*Alma Feminina, A Mulher e a Crença, A Madrugada, A Mulher Portuguesa, A Semeadora*, etc.), existem organizações (Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Associação de Propaganda Feminista, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e mais tarde congressos), existem militantes de valor (Ana de Castro Osório, Maria Veleda, Joana Almeida Nogueira, Adelaide Cabete etc.), cujas principais preocupações são a protecção à infância e a educação, o papel social da mulher, os seus direitos políticos, a prostituição e o aborto.

Nestas iniciativas encontram-se por vezes com libertários, como Deolinda Lopes Vieira, Adolfo Lima ou Sobral de Campos. Por via do problema da guerra, há frequentes aproximações entre feministas e anarquistas pacifistas, da mesma forma que se verificam permutas regulares entre a imprensa feminista e jornais anarquistas ou ainda naturistas, como *O Vegetariano*, ou humanistas, como *A Humanidade*.

Porém, nunca das movimentações feministas terá surgido qualquer posição expressa sobre a doutrina neomalthusiana. De resto, barreiras havia (republicanismo, legalismo e sufrágismo) que tornavam difíceis as aproximações entre umas e outros. As únicas vozes de mulheres que em Portugal falam o discurso neomalthusiano são as de militantes francesas, como Jeanne Dubois ou Nelly Roussel.

3.6 E OUTROS

Para além dos diversos sectores mencionados, outros merecem ainda uma rápida referência.

O já citado jornal *A Humanidade* é o caso curiosíssimo de uma grande imbricação entre um grupo de anarquistas pouco representativos, como são os nossos militantes neomalthusianos, e um conjunto de *humanistas e moralistas* repu-

⁶³ *O Revolucionário* de Dezembro de 1913.

⁶⁴ Vem a propósito referir que entre os fundadores da Liga dos Direitos do Homem se encontravam também alguns anarquistas.

blicanos, tendo por pano de fundo o meio associativo do pessoal hospitalar e farmacêutico. Os zigue-zagues e as contradições de orientação deste jornal são extremamente elucidativos deste encontro instável. Querendo seguir um libertarismo não violento inspirado por Tolstói, acabam por hesitar entre o evolucionismo republicano e o apoio ao radicalismo violento desenvolvido nas lutas operárias, hesitações de que são testemunho as entradas e saídas de director do ex-anarquista Fontana da Silveira.

Mas há outros encontros e desencontros do mesmo tipo. Por exemplo, com o periódico *Novos Horizontes* (1913-15), que começa por se subintitular «Revista geral do movimento intelectual e social» e ao qual o «pacifismo, psiquismo e sociologia» aproximam dos libertários individualistas, mas cuja evolução para o «mediumnismo, espiritismo e orientalismo» afasta do racionalismo prevalente entre eles. Ou com outra folhinha do mesmo nome que, em 1916, se opõe vigorosamente à entrada de Portugal na guerra, mas cujo puritanismo antialcoólico não deixaria de crisar mais de um acrata. E não esqueçamos o *Mundo Moral*, que, se, por um lado, lança a tal Liga da Moralidade Pública contra os neomalthusianos, por outro lado estará de acordo com muitos libertários na oposição à guerra, ao tabaco, ao álcool, às touradas, à pena de morte, etc.

No seguimento destas zonas de fronteira, os propriamente ditos *naturistas* e *vegetarianos* encontrarão em inúmeros anarquistas os mais convictos defensores das suas teses⁶⁵. Referimos já a influência de Tolstói e do francês Zisly e a acção do portuense Ângelo Jorge. Resta acentuar o papel desempenhado por este na primeira fase da vida da Associação Vegetariana de Portugal e nas suas publicações, transmitindo-lhes o «naturismo libertário» daqueles. O que obviamente não impede que, mais tarde, um vegetariano escreva no *Almanaque* da Associação que o neomalthusianismo é uma «infâmia social [...] que repugna a todas as consciências normais».

Noutra área, não podemos esquecer os trabalhos de *cientistas* que, como *A Vida Sexual*, de Egas Moniz, trouxeram a sua contribuição ao debate sobre as questões da procriação. Houve também as obras de divulgação, de enorme procura em Lisboa e noutras cidades: Dr. Brennus, *Amor e Segurança*; Augusto de Castro, *Como Evitar a Procriação*; Caufeynon-Budin, *O Abortamento*; Dr. Desormeaux, *Anatomia e Funções dos Órgãos Genitais*; e outras⁶⁶. Houve ainda o aproveitamento literário do tema, com Alfredo Gallis a editar oportunamente *O Abortador (Romance Filosófico contra a Propagação da Espécie)*, bem como o aparecimento de editores em cujos catálogos coabitavam obras de divulgação científica e receitas para ser feliz no amor, curas de impotência e teses neomalthusianas, romances e teoria anarquista.

⁶⁵ Dos regimes alimentares vegetarianos ou frugíveros ao nudismo e aos banhos de sol, até à prática das medicinas naturais.

⁶⁶ Nos anos 30, entre a literatura deste tipo usada pelos propagandistas libertários, sobressaem os textos seguintes, sendo de assinalar o papel então desempenhado por Jaime Brasil:

Jaime Brasil, *A Questão Sexual*, Lisboa, 1932; *Os Padres e a Questão Sexual*, Lisboa, s. d. (1933); *A Procriação Voluntária*, Lisboa, 1933, «Biblioteca de Educação Sexual», n.º 1; *Os Órgãos Sexuais*, Lisboa, 1933, «Biblioteca de Educação Sexual», n.º 2; *A União dos Sexos*, Lisboa, 1933, «Biblioteca de Educação Sexual», n.º 3.

Almerindo Lessa, *Educação Sexual da Mocidade*, Lisboa, 1934.

Maria Lacerda de Moura, *Amor e... não Vos Multipliqueis*, Rio de Janeiro, 1932.

Alexandra Kolontay, *A Mulher Moderna e a Moral Sexual*, Lisboa, 1933.

Júlio R. Barcos, *Liberdade Sexual das Mulheres*, Lisboa, s. d.

Henri Boissier, numerosa produção editada pela «Biblioteca Científica Sexual», de J. Romano Torres, Lisboa, s. d.

A. Martin de Lucenay, *El Control de la Natalidad*, Madrid, 1933.

Noutro domínio, o da ciência económica, homens como Afonso Costa ou Marnoco e Sousa não se esqueceriam de referir as doutrinas neomalthusianas e de proclamar o seu optimismo natalista ⁶⁷.

Finalmente, *last but not the least*, a atitude da igreja católica (que só poderia ser de clara condenação) parece revelar a acuidade de outras preocupações — República, Lei da Separação e o resto —, para que gaste muitas energias a terçar armas com os neomalthusianos. Só mais tarde isso se verificará.

4. EPÍLOGO: DOS PRECURSORES DA IDEIA NEOMALTHUSIANA À CRISE DA NATALIDADE

4.1 Em síntese, pode dizer-se que o neomalthusianismo em Portugal foi obra de um punhado de activos divulgadores. Mau grado as conexões desta doutrina com a ideologia anarquista, sobretudo nas suas expressões mais individualizantes, nem por isso ela conseguiu sair da posição relativamente marginal que sempre teve no espectro libertário. A sua curta história atesta-o. Mas a sua derrota política, com o aproximar da guerra, não significou a morte do fermento de que era portador.

4.2 É a altura de se colocar a inevitável pergunta: qual terá sido o efeito da propaganda neomalthusiana no comportamento demográfico dos Portugueses? Cremos que ele não pode deixar de ter sido certamente limitado, vistas as suas dimensões, duração, implantação, influência e as oposições dos seus adversários. Porém, é clara a impossibilidade de estabelecer, neste domínio, relações simples de tipo causa-efeito. Nem em França, onde o neomalthusianismo terá aflorado na cena política de maneira bastante mais vigorosa e espectacular, os analistas da questão ousaram fazê-lo ⁶⁸.

No entanto, a par desta prudência interpretativa, podemos pensar que talvez o efeito da acção neomalthusiana tenha sido maior do que aquele que pode aparentar a identificação das suas escassas forças. Com efeito, sem pretendermos entrar numa análise demográfica da evolução da população portuguesa, não podemos deixar de assinalar a descida das taxas de natalidade nacionais ao longo da primeira metade deste século, e particularmente a partir do fim dos anos 20. Para dar uma ordem de grandeza, podemos indicar que, entre os quinquênios de 1900-24 e 1935-39, a taxa de natalidade sofre uma redução de 18 %.

Em 1940, o fenómeno já era claramente perceptível nas estatísticas da população que, com mais rigor do que anteriormente, iam sendo publicadas. António Almeida Garrett assinala então que «o fenómeno da descida progressiva das taxas de natalidade, quase geral na Europa desde o último quartel do século passado, não se deu entre nós; o declínio só começou a manifestar-se de há dez anos para cá» (ou seja, depois de 1930) ⁶⁹. Embora com variações de fontes e de métodos de tratamento analítico, todos os observadores confirmam esta tendência ⁷⁰. Por exemplo, um coevo observa que as taxas de fecundidade nacionais

⁶⁷ Afonso Costa, *O Problema da Emigração*, Lisboa, 1911. Marnoco e Sousa, *Tratado de Economia Política*, Coimbra, 1917.

⁶⁸ Philippe Ariès, *op. cit.* André Armengaud, *Les Français et Malthus*, Paris, PUF, 1975. Francis Ronsin, *La Grève des Ventres*, Paris, Aubier Montaigne, 1980.

⁶⁹ António Almeida Garrett, *Tendências Demográficas de Portugal Metropolitano*, Porto, 1940.

⁷⁰ Além de A. Garrett e dos demógrafos actuais, ver ainda:

Armando Gonçalves Pereira, *As Doutrinas de Malthus e as Questões Demográficas da Actualidade*, Lisboa, 1936.

José Firmino Santana, *A Mortalidade na População Portuguesa e as Suas Principais Causas*, Porto, 1940.

estão igualmente em declínio, passando de 143,1 em 1911-12 para 125,0 em 1920-21 e para 113,0 em 1930-31 ⁷¹.

Investigadores actuais têm estudado a demografia portuguesa com instrumentos de análise mais aperfeiçoados, apontando nomeadamente a importância das diferenciações regionais. É o caso de Livi-Bacci, que assinala a existência de um «padrão neomalthusiano de fertilidade» no Sul, ao contrário do que se passa no Norte do País:

Pode pensar-se que o Sul, com atitudes mais seculares, foi receptivo aos princípios neomalthusianos, enquanto a religiosidade do Norte e o profundo apego às tradições podem ter erguido uma eficiente barreira contra a difusão do controlo voluntário da fertilidade ⁷².

Embora insatisfeito com esta explicação por via do factor religioso, J. Manuel Nazaré precisa que o declínio da fecundidade começa mesmo por volta de 1911 nos distritos do Sul, acelerando-se depois nos anos 30 ⁷³.

Por outro lado, parece também indiscutível o peso que o factor urbano tem nesta evolução. Enquanto, por exemplo, em 1920-24, a taxa nacional de natalidade se situa ao nível dos 33 ‰, o Porto encontra-se na casa dos 28 ‰ e Lisboa na dos 24 ‰. E em 1935-39 estes valores descem, respectivamente, para a ordem dos 27 ‰ (nacional), 22 ‰ (Porto) e 16 ‰ (Lisboa), o que leva, em 1940, Almeida Garrett a dizer que, «se nos centros urbanos a natalidade apresentasse as quotas actuais do conjunto populacional, a taxa geral voltaria para a casa dos 33». Isto significa que os centros urbanos seriam então os grandes responsáveis pela quebra da vitalidade. Em termos comparativos europeus, pode também referir-se que, por exemplo, por volta de 1930, Lisboa apresenta uma taxa de natalidade comparável às nacionais da Bélgica, da Dinamarca ou da Finlândia.

Se a propaganda neomalthusiana não pode ser responsabilizada por esta evolução das atitudes cidadinas face à natalidade, também não é possível afirmar seriamente que não teve alguma influência.

Por outro lado, todos os testemunhos confirmam o enorme desenvolvimento das práticas abortivas, sobretudo em Lisboa e no Porto. Livi-Bacci, referindo estas cidades, assinala a difusão de diferentes meios de «restrição voluntária da procriação bem antes do fim do século». E, apesar da evidente deficiência das fontes, não deixa de ser impressionante verificar a subida da taxa de mortalidade, que passa de 35,6 em 1910-19, para 40,3 em 1920-29 e para 42,9 em 1930-39, e sobretudo do peso que nela têm as cidades de Lisboa e Porto ⁷⁴. Era *vox populi* que as «abortadeiras», as «fazedoras de anjos», não tinham mãos a medir. E, segundo o Dr. Costa Sacadura, nem sempre o fazem por imperativo económico, «mas convencidas de que praticam um dever de solidariedade e de emancipação feminina». Em conferência proferida em 1924 e que funciona

A. A. Mendes Correia, *Factores Degenerativos na População Portuguesa e Seu Combate*, Porto, 1940.

Ezequiel de Campos, *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa*, Lisboa, 1943.

A. Amorim Girão, *Evolução Demográfica e Ocupação do Solo Continental*, Coimbra, 1944.

J. Rémy Freire, *Estudos de Demografia Portuguesa*, Lisboa, 1945.

J. J. Pais Morais, *Alguns Aspectos Demográficos da População Portuguesa*, Lisboa, 1947.

⁷¹ Carlos Teixeira, *A Mulher Portuguesa e o Seu Papel Bio-Sociológico*, Porto, 1940.

⁷² Livi-Bacci, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, 1972.

⁷³ J. Manuel Nazaré, «Perspectivas demográficas no Sul de Portugal» e «O declínio da fecundidade da população portuguesa», in *Análise Social*, Lisboa, respectivamente n.º 41 (1975) e n.º 52 (1977).

⁷⁴ Ricardo Jorge e Henrique Schindler, comunicação ao Congrès International de Médecine, Lisboa, 1906. Costa Sacadura, *Considerações sobre o Aborto Criminoso em Portugal* (conferência), 1929. A. A. Garrett, *op. cit.*

como «sinal de alarme» e arranque da «cruzada antiaborto», o mesmo médico afirma que «entre as numerosas causas deste decréscimo e deste afinamento não podemos deixar de considerar, como factor primordial, a prática das teorias neomalthusianas, aconselhando a profilaxia anticoncepcional e o aborto criminoso livremente praticado»⁷⁵.

4.3 Esta quebra da taxa de natalidade vai preocupar diferentes sectores, subitamente alarmados com a extensão de um fenómeno que nunca ousaram provavelmente imaginar. Algo se passava com as famílias portuguesas, outrora tão fecundas.

A Igreja, passado que estava o período negro da República, volta os olhos para essa realidade, a que não tinha dado o devido relevo. Bispos e médicos católicos⁷⁶ encetam, nos finais dos anos 20, uma campanha contra os neomalthusianos e os meios que propunham e divulgavam para evitar a procriação. Curioso ódio a uma doutrina morta do ponto de vista da propaganda militante e de cujos mentores já poucos se lembrariam. No entanto, a explicação surge clara: o neomalthusianismo funcionava como o bode expiatório e a expressão ideológica de uma prática de que tinham sido os precursores.

A Igreja não se encontrou sozinha. No 1.º Congresso Nacional de Farmácia, realizado em Lisboa, no ano de 1927, vota-se a proibição da venda de abortivos e anticonceptivos.

O Código Penal, de facto, à data apenas interditava a ministração e venda de abortivos sem receita médica. Só em 1929 seria proibida igualmente a venda de anticonceptivos e se puniriam os boticários ou farmacêuticos que incorressem na infracção⁷⁷.

Juntando a sua voz ao coro estiveram os médicos. As suas preocupações situam-se no mesmo pano de fundo das estatais ou católicas. O Dr. Carlos Salazar de Sousa, por exemplo, afirma que «estas doutrinas, que grosseiramente pretendem encobrir com o rótulo de necessidade cientificamente provada o que mais não é que egoísmo e baixeza moral, rapidamente se espalharam, trazendo como consequência uma diminuição assustadora da natalidade»⁷⁸. A atenção deste sector dirige-se em particular para o aborto e a protecção à infância, apelando para a intervenção do Estado nesses domínios.

Estas medidas legislativas eram reclamadas também por sectores intelectuais onde se misturavam preocupações científicas e alinhamentos ideológicos: é o caso da «moda» do eugenismo, que, como vimos e numa fase inicial, teve algum parentesco com os ideais perfeccionistas dos neomalthusianos⁷⁹. Mesmo uma democrata e feminista como a Dr.ª Adelaide Cabete não descarta os princípios da eugénica e, se critica o exame pré-nupcial obrigatório, aconselha o ensino oficial daquela disciplina⁸⁰. O já citado Dr. Costa Sacadura, activista também da Liga Portuguesa de Profilaxia Social⁸¹, termina o seu texto de 1929

⁷⁵ Costa Sacadura, *A Despopulação em Portugal e o Aborto Criminoso* (conferência), 1924.

⁷⁶ Nomeadamente a carta pastoral *Natalidade e Matrimónio*, do bispo-conde de Coimbra, Manuel Luís Coelho da Silva; Raul Guchteneere, *A Limitação da Natalidade*, Braga, 1944; Luís Raposo, *Esboço Crítico do Neo-Malthusianismo*, Lisboa, 1946; e G. Perico, *O Neo-Malthusianismo e a Limitação dos Nascimento*, Lisboa, 1962.

⁷⁷ Decreto n.º 13 470, de 18 de Abril de 1927, no que toca à interdição dos abortivos, e Decreto n.º 17 636, de 21 de Novembro de 1929, para os contraceptivos.

⁷⁸ Carlos Salazar de Sousa, *Necessidades e Deficiências da Assistência Infantil* (conferência), 1939.

⁷⁹ Ver F. Ronsin, *op. cit.*, e também A. A. Mendes Correia, *O Problema Eugénico em Portugal*, Porto, 1928.

⁸⁰ Adelaide Cabete, *Eugénica e Eugénica*, Lisboa, 1929.

⁸¹ De realçar a publicação das *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, Porto, 1933-51.

com uma lauda à obra de Mussolini (e ao seu imposto sobre os celibatários) perguntando:

Quando teremos nós um estadista de visão larga que compreenda a magnitude deste problema e meta ombros à fecunda tarefa? [...] A Pátria está em perigo ⁸².

Anos mais tarde, em 1940, o Congresso Nacional de Ciências da População, integrado nas comemorações centenárias, vai ser simultaneamente o momento de reflexão sobre uma evolução já bem identificada das práticas sociais de procriação e o apelo a políticas mais vigorosas no domínio da natalidade, seguindo o exemplo da Itália e da Alemanha. A já tradicional moderada nupcialidade dos Portugueses viera juntar-se, sobretudo nas cidades (mas penetrando já nos campos), a difusão da restrição voluntária da procriação e a prática do abortamento ⁸³. Daí o «grito de alerta» que o presidente do Congresso sintetiza perfeitamente no seu discurso oficial:

São precisos cada vez mais portugueses e, se possível, cada vez melhores portugueses. Guerra aos corvos sinistros da restrição da natalidade! Guerra aos agoirentos profetas da decadência! ⁸⁴

4.4 Contrariamente ao efeito pretendido pelas políticas natalistas dos regimes fascistas, a evolução demográfica dos países industrializados continuou sendo a mesma, no sentido de comportamentos neomalthusianos.

E, se o neomalthusianismo, como movimento de intervenção social, parecia soçobrar, entre as duas guerras, sob os golpes da repressão, de facto apenas estava sofrendo uma metamorfose, cuja nova face se chamaria *birth control* ⁸⁵ e tomava balanço para maiores desenvolvimentos.

Os militantes anarquistas neomalthusianos terão sido simultaneamente os *precursores* da procriação voluntária e consciente, os *bodes expiatórios* de preconceitos e políticas que fizeram o seu tempo e os *sinais anunciadores* de novos comportamentos e novas relações sociais hoje plenamente reconhecidos. Os modernos «controlo de nascimentos» e «planeamento familiar» são-lhes devedores de alguma coisa. Completar-se-ão — no futuro — as aspirações daqueles precursores a que a um «bom nascimento» se seguisse uma «boa educação» e uma «boa organização social»?

⁸² Costa Sacadura, *Considerações* [...], cit.

⁸³ Ver os debates subseqüentes à apresentação da comunicação de A. A. Garrett, *Tendências* [...], cit., no Congresso Nacional de Ciências da População, Porto, 1940.

⁸⁴ A. A. Mendes Correia, Congresso Nacional de Ciências da População, Porto, 1940, *Discurso Inaugural*.

Entre as comunicações apresentadas refira-se ainda: J. Aires de Azevedo, *População e Império*; J. A. Maia de Loureiro, *Natalidade, Mortalidade e Selecção da Raça*; e os votos do congresso.

⁸⁵ A grande impulsionadora deste movimento foi a americana Margaret Sanger, que se propôs substituir a argumentação económico-política do neomalthusianismo por uma outra mais limitada ao equilíbrio da vida familiar e à luta contra a fatalidade do aborto.

Cronologia sumária

Ano	Portugal	Estrangeiro
1798		Malthus, <i>Essay on the Principle of Population</i> .
1803		Id., <i>ibid.</i> , 2. ^a ed.
1854		Drysdale, <i>Elements of Social Science</i> .
1876	1. ^a tradução de Drysdale, <i>Elementos de Ciência Social</i> .	
1896		Fundação da Ligue de la Régénération Humaine.
1902	Ângelo Vaz, <i>Neo-Malthusianismo</i> .	
1905		Congresso da Fédération Internationale de la Régénération Humaine, em Liège (FIRH).
1906	Secção Portuguesa da FIRH. <i>A Vida</i> . Luis Bulffi, <i>Greve de Ventres</i> .	
1909	<i>Paz e Liberdade</i> .	
1910	<i>Novos Horizontes</i> . Implantação da República.	Congresso da FIRH, em Haia.
1911	Teixeira Júnior, <i>Mulheres, não Procreéis!</i> <i>O Agitador</i> . Repressão governamental.	
1912	<i>Germinal</i> .	
1913	<i>O Anarquista</i> . <i>Germinal</i> . Repressão governamental. Proposta de lei anti-N-M.	
1914		Início da Grande Guerra.
1920		Lei anti-N-M em França.
1922	<i>Procriação consciente</i> .	
1929	Proibição de anticonceptivos.	
1940	Congresso Nacional de Ciências da População.	

